



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Edital do Pregão Eletrônico nº 015/2026			
Data de abertura: 27/05/2026 às 14:00 horas no sítio www.gov.br/compras			
Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação continuada de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado, ventilação e exaustão de diversos Fóruns do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.			
Processo PROAD 14.124/2026	Registro de preços? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Reserva de cota ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
	Modo de disputa: Aberto e fechado	Amostra? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input checked="" type="checkbox"/> Facultativa <input type="checkbox"/> Não se aplica
Critério de julgamento: Menor preço		Valor estimado da contratação: R\$ 5.195.285,16	
Prazo para envio da proposta de preços adequada após etapa de lances / documentos complementares: 24 horas, a contar da convocação do agente de contratação			
Prazo para envio dos documentos de habilitação: 2 horas, a contar da convocação do agente de contratação			
Impugnações e Pedidos de esclarecimentos Até o dia 22/05/2026 para o endereço licita@trt2.jus.br			
Documentos de Proposta: 1. Proposta conforme modelo constante do Anexo III; 2. Declaração de atendimento ao § 2º do Art. 4º da Lei 14.133/2021, se for o caso.		Documentos de Habilitação: 1. SICAF; 2. Registro da pessoa jurídica no CREA; 3. Atestado(s) de capacidade técnica; 4. Balanços patrimoniais e demonstrações do resultado do exercício – DRE relativos aos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis. 5. Declaração de conhecimento.	
Adjudicação por grupo Regime de execução - Empreitada por preço global (serviços continuados de manutenção (item 1 do Anexo III)) e empreitada por preço unitário (fornecimento de peças sob demanda (itens 2 a 5 do Anexo III)). Locais de Execução: unidades listadas no item 1.1.1 do Anexo I.			



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

SUMÁRIO

1. DO OBJETO.....	4
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.....	4
3. DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	5
4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	7
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.....	7
6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	9
7. DA APRESENTAÇÃO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	11
8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES	11
9. DA FASE DE JULGAMENTO.....	13
10. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
11. DOS RECURSOS.....	18
12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....	18
13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL.....	18
14. DO CADASTRAMENTO OBRIGATÓRIO NO SIGEO - JT.....	20
15. DAS GARANTIAS.....	20
16. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	21
17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.....	21
18. DO PAGAMENTO.....	21
19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	21
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	23

ANEXOS

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO.....	25
ANEXO II - MEMORIAL DESCRITIVO.....	35
ANEXO III - FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	65
ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § 2º DO ART. 4º DA LEI 14.133/2021.....	68
ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ITEM 13.1.1.2 DO EDITAL.....	69
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO.....	70
ANEXO VII - CARTA DE PREPOSTO.....	71
ANEXO VIII - MINUTA DE CONTRATO.....	72
ANEXO IX - PMOC – FREQUÊNCIA.....	95
ANEXO X - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO.....	119
ANEXO XI - LISTA DE PEÇAS ESPECÍFICAS.....	125



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO XII - PLANILHA DE CUSTOS SUGERIDA.....	127
--	-----



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026

Processo PROAD nº 14.124/2026

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, por meio da Divisão de Licitações, sediada na Av. Marquês de São Vicente nº 235, Bloco B, 1º andar, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01139-001, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo **menor preço**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e as exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

DIA: 27/05/2026

HORÁRIO: 14:00 horas (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 080010

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação continuada de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado, ventilação e exaustão de diversos Fóruns do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por 5 (cinco) itens, conforme tabela constante do Anexo III – Forma de Apresentação da Proposta, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe.

1.3. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sítio www.gov.br/compras e as especificações técnicas constantes deste edital, prevalecerão estas últimas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 15.346/2026, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0033.4256.0035 e Natureza de Despesa 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, e, nos exercícios subsequentes, à conta da dotação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.

3. DO VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 5.195.285,16 (cinco milhões, cento e noventa e cinco mil, duzentos e oitenta e cinco reais e dezesseis centavos), conforme descrito a seguir:

GRUPO 1 (G1)

Serviço de manutenção (A)						
Item	Unidade	Data de início	Unidade	Quantidade estimada	Valor mensal máximo	Valor total estimado
1	Barueri	18/08/26	mês	24	R\$ 28.645,78	R\$ 687.498,72
	Carapicuíba	02/10/26	mês	22	R\$ 7.451,67	R\$ 163.936,74
	Cotia	02/10/26	mês	22	R\$ 9.496,67	R\$ 208.926,74
	Diadema	02/10/26	mês	22	R\$ 22.261,67	R\$ 489.756,74
	Embu das Artes	02/10/26	mês	22	R\$ 3.611,67	R\$ 79.456,74
	Franco da Rocha	02/10/26	mês	22	R\$ 10.623,33	R\$ 233.713,26
	Praia Grande	02/10/26	mês	22	R\$ 9.726,67	R\$ 213.986,74
	Ribeirão Pires	02/10/26	mês	22	R\$ 9.040,00	R\$ 198.880,00
	Santo André	02/10/26	mês	22	R\$ 16.320,00	R\$ 359.040,00
	São Bernardo	02/10/26	mês	22	R\$ 28.211,67	R\$ 620.656,74
	São Caetano	02/10/26	mês	22	R\$ 12.660,00	R\$ 278.520,00
	Taboão da Serra	02/10/26	mês	22	R\$ 12.970,00	R\$ 285.340,00
	São Vicente	02/10/26	mês	22	R\$ 9.293,33	R\$ 204.453,26
	Santana de Parnaíba	15/09/26	mês	23	R\$ 7.376,67	R\$ 169.663,41
	Cubatão	15/09/26	mês	23	R\$ 8.746,67	R\$ 201.173,41
	Guaruja	15/09/26	mês	23	R\$ 12.152,08	R\$ 279.497,84
	Cajamar	01/11/26	mês	21	R\$ 3.848,33	R\$ 80.814,93
Valor total estimado (A)					R\$ 212.436,21	R\$ 4.755.315,27

Tabela de peças específicas (B) - Sistema VRF

Item	Marca	Peça	Modelo condensadora	Série	Capacidade (HP)	Alimentação	Fluido refrigerante	Valor unitário máximo
2	HITACHI	Compressor	RAS6HVRNM2	VAAR6801	5	220V-3F	R410A	R\$ 9.382,32
	HITACHI	Compressor	RAS4HVNC1	VAAD51953	4	220V-3F	R410A	R\$ 8.284,55
	HITACHI	Compressor	RAS10FSNMQ	QSQ68N20001	10	220V-3F	R410A	R\$ 22.836,93
	HITACHI	Compressor	RAS8FSNMQ	QSQ67N320001	8	220V-3F	R410A	R\$ 22.836,93
	HITACHI	Compressor	RAS5FSVN1Q	UAFR8141	5	220V-3F	R410A	R\$ 9.474,00
Valor total estimado (B)								R\$ 72.814,73



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Tabela de peças específicas (C) - Splitão

Item	Marca	Modelo	Série	Capacidade	Alimentação	Fluido refrigerante	Valor unitário máximo
3	HITACHI	RAP300B7Z	RAP0707	30 TR / 25TR	380V-3F	R410A	R\$ 15.368,78
Valor total estimado (C)							R\$ 15.368,78

Tabela de peças específicas (D) - Equipamento Split

Item	Peça	Capacidade do split (Btu/h)	Características técnicas	Valor unitário máximo
4	COMPRESSOR CONVENCIONAL	12000	R22, 220v, MONOFÁSICO	R\$ 774,88
	COMPRESSOR CONVENCIONAL	18000	R22, 220v, MONOFÁSICO	R\$ 900,27
	COMPRESSOR CONVENCIONAL	24000	R22, 220v, MONOFÁSICO	R\$ 903,82
	COMPRESSOR CONVENCIONAL	36000	R22, 220v, MONOFÁSICO	R\$ 1.723,12
	COMPRESSOR INVERTER	12000	R410A, 220v, MONOFÁSICO	R\$ 1.299,50
	COMPRESSOR INVERTER	18000	R410A, 220v, MONOFÁSICO	R\$ 1.187,13
	COMPRESSOR INVERTER	24000	R410A, 220v, MONOFÁSICO	R\$ 3.484,49
	COMPRESSOR INVERTER	36000	R410A, 220v, MONOFÁSICO	R\$ 3.433,87
Valor total estimado (D)				R\$ 13.707,08

Tabela de peças específicas (E) - Sistema Chiller

Item	Local	Marca	Modelo	Série	Capacidade	Alimentação	F.R.*	Peça	Valor unitário máximo
5	Barueri	HITACHI	RCU120SA Z4A7P	---	120 TR	380V- 3F	R 407C	Compressor parafuso	R\$ 29.965,00
								Trocador de Calor de água gelada	R\$ 46.646,91
	Cotia	HITACHI	RCU020DA S4AP	RCU1101 838827	20 TR	220V- 3F	R 407C	Compressor Scroll	R\$ 59.382,45
								Trocador de Calor de água gelada	R\$ 25.872,50
	Diadema	HITACHI	RCU15IAS A5C	RCU1405 001432	15 TR	220V- 3F	R410A	Compressor Scroll	R\$ 24.061,55
								Trocador de Placas	R\$ 19.504,17
								Placa configuradora do Inversor de Frequencia	R\$ 6.068,33
	Taboão da Serra	HITACHI	RCU15FAS A5C	RCU1405 000895	15 TR	220V- 3F	R410A	Compressor Scroll	R\$ 24.061,55
								Trocador de Placas	R\$ 20.637,00
		HITACHI	RCU15IAS A7P	RCU1405 000895	15 TR	220V- 3F	R410A	Compressor Scroll	R\$ 24.061,55
								Trocador de Placas	R\$ 20.637,00
	São Caetano	CARRIER	30RAB065 6U	1713B001 09947	65 TR	220V- 3F	R 407C	Compressor Scroll SZ 160 220V 3F (13,5TR)	R\$ 22.399,57
Trocador de Calor de água gelada								R\$ 14.781,72	
Valor total estimado (E)									R\$ 338.079,30

* FR = Fluido refrigerante



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Valor total estimado (G1 = (A)+(B)+(C)+(D)+(E))	R\$ 5.195.285,16
---	------------------

3.2. Data do orçamento estimado: 17/03/2026.

3.3. O critério de julgamento adotado será o de menor preço, conforme definido neste edital e seus anexos.

4. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

4.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o edital de licitação por irregularidade, ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licita@trt2.jus.br, aos cuidados do agente de contratação.

4.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema Compras.gov.br e na página do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/licitacoes/em_andamento/editais.pdf), no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e vinculará os participantes e a Administração.

4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

4.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

5.1.1. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.1.2. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.1.3. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

acesso.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.2.1. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;

5.2.2. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

5.3. Como condição para participação no pregão, o licitante assinalará, em campo próprio do sistema eletrônico, a ciência e o cumprimento das seguintes declarações:

5.3.1. Condições de participação

5.3.1.1. Que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, e concorda com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

5.3.1.2. Que sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

5.3.2. Declarações para fins de habilitação

5.3.2.1. Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

5.3.2.2. Que inexistente impedimento à sua habilitação e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

5.3.2.3. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3.2.4. Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

5.3.2.5. Que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

5.3.3. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

5.3.3.1. Que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

5.3.3.2. Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

5.3.4. Somente para os licitantes cadastrados como microempresa ou empresa de pequeno porte:

5.3.4.1. Que não ultrapassou os limites de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar, caso ele seja aplicado nessa contratação, observado o [art. 4º da Lei nº 14.133/2021](#).

a. Nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinatura do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

b. Nos itens não exclusivos, a manifestação no campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo sendo qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.3.5. Declarações exclusivamente para critérios de desempate previstos no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

5.3.5.1. Que desenvolve ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, nos termos previstos no inciso III do Art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023.

a. A manifestação no campo "sim" pressupõe que a empresa atende à legislação vigente sobre o assunto, podendo ser solicitada a comprovação no decorrer do certame.

5.3.5.2. Que desenvolve programa de integridade, nos termos previstos no inciso IV do Art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024.

a. A manifestação no campo "sim" pressupõe que a empresa atende à legislação vigente sobre o assunto, podendo ser solicitada a comprovação no decorrer do certame.

5.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

5.5. É vedada a contratação de licitante que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7 de 18/10/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

6.1. Será concedido tratamento favorecido aos licitantes, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

6.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.2. Em relação às microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, aplicar-se-á o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538/2015.

6.2.1. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas dos licitantes convocados para a etapa fechada e qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.2.2. A empresa mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.2.3. Caso o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados os demais licitantes qualificados como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.3. Caso seja suscitada dúvida, o agente de contratação verificará quando o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, se o somatório de ordens bancárias recebidas, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme artigo 3º da mencionada lei.

6.4. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

6.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

7. DA APRESENTAÇÃO E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão sua proposta, exclusivamente por meio do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.3. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos campos constantes do sistema.

7.3.1. Valor unitário do item (o valor unitário é o global proposto).

7.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

7.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a conclusão da etapa de lances.

7.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

7.10. Não será admitida a desistência da proposta após a abertura da sessão pública, hipótese na qual o licitante será desclassificado e o agente de contratação poderá solicitar a autuação de processo administrativo para apenação, na forma do artigo 156 da Lei 14.133/2021.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente na fase de julgamento, em relação à proposta mais bem classificada.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

8.4. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

8.4.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, será encerrada automaticamente a recepção de lances.

8.4.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.4.2.1. No procedimento de que trata este item, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.4.2.2. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.4.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01.

8.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.10. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.11. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.11.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os mesmos critérios de desempate citados no item acima.

8.12. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

sem prejuízo dos atos realizados.

8.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Como condição prévia ao exame da proposta do licitante classificado em primeiro lugar, o agente de contratação verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) e ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

9.1.1. Por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, a consulta aos cadastros dispostos nos subitens abaixo será realizada também em nome do sócio majoritário da empresa.

9.1.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaltransparencia.gov.br/sancoes)

9.1.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

9.1.1.3. Lista de Inabilitados/Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

9.1.2. Constatada a existência de sanção, o agente de contratação desclassificará o licitante por falta de condição de participação.

9.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o agente de contratação realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto da contratação e, observado o disposto no item abaixo, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido neste edital.

9.2.1. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

9.2.1.1. Poderão ser realizadas diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

9.3. Durante a fase de julgamento, o agente de contratação poderá negociar condições mais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

vantajosas com o primeiro colocado.

9.3.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.3.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.4. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último lance ofertado, conforme Anexo III do edital, no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação do agente de contratação, por meio da opção “enviar anexo” do sistema.

9.4.1. Juntamente à proposta deverão ser anexados:

a) Somente para licitantes que, no momento de cadastramento da proposta, tenham declarado seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (ME/EPP):

a.1) Declaração de atendimento ao § 2º do Art. 4º da Lei 14.133/2021, conforme modelo constante do Anexo IV.

9.5. Caso o licitante apresente sua proposta com valores unitários superiores valores de estimados para a contratação, poderá, após diligência do agente de contratação, ajustá-los ao estabelecido.

9.6. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 9.4, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.7. A pedido do agente de contratação, o licitante vencedor deverá readequar sua proposta para que os valores unitários e totais possam ser expressos com duas casas decimais e em conformidade com o lance vencedor.

9.8. O agente de contratação poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.

9.8.1. O não atendimento à solicitação do agente de contratação no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.

9.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o agente de contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Após o término da fase de julgamento, a habilitação do licitante cuja proposta foi aceita será realizada mediante consulta ao SICAF contendo os níveis cadastrados I, II, III e IV válidos e a apresentação, **no prazo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação do agente de contratação, por



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

meio da opção “enviar anexo” do sistema, da seguinte documentação:

10.1.1. Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), segundo legislação do sistema CONFEA, em que conste:

10.1.1.1. como responsável técnico pela mesma, profissional qualificado e habilitado nas atividades objeto desta contratação;

10.1.1.2. que o licitante está habilitado para execução de serviços de manutenção em sistema de ar condicionado.

10.1.2. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, e a(s) correspondente(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico emitidas pelo CREA, com registro de atestado, comprovando que o responsável técnico prestou serviço de manutenção em sistema de ar-condicionado dos seguintes tipos:

a. Sistema Chiller, com capacidade mínima de 60 TR;

b. Sistema VRF, com 5 HP de potência mínima do compressor;

c. Sistema Split, com no mínimo 193 equipamentos.

10.1.2.2. Poderá ser apresentado 1 (um) atestado distinto para cada sistema (alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’).

10.1.2.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) estar no nome do responsável técnico pela empresa ou no de profissional habilitado e qualificado que comprove vínculo com a empresa.

10.1.2.4. Caso o responsável técnico não pertença ao quadro permanente, o licitante deverá apresentar declaração formal por ele assinada, para comprovar a sua disponibilidade para a execução dos serviços objeto desta licitação.

10.1.3. Balanços patrimoniais e demonstrações de resultado do exercício (DRE) relativos aos 2 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), em conformidade com os normativos pertinentes, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, devendo apresentar as seguintes características:

10.1.3.1. Estarem devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional de Contabilidade;

10.1.3.2. Estarem devidamente registrados na Junta Comercial do Estado correspondente ou disponibilizado pelo SPED;

10.1.3.3. Constando Patrimônio Líquido igual ou superior a R\$ 220.600,00 (duzentos e vinte mil e seiscentos reais);

a. Em caso de participação de consórcio de empresas que não seja



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, o valor de Patrimônio Líquido exigido será de R\$ 264.720,00 (duzentos e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte reais).

10.1.3.4. A comprovação dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) serão resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

10.1.3.5. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição dos demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.1.3.6. A exigência de apresentação do balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício (DRE) limitar-se-á ao último exercício exigível no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.1.4. Declaração de que é conhecedora das condições da contratação, conforme modelo constante no Anexo VI.

10.1.4.1. Para subsidiar a elaboração da proposta e o pleno conhecimento das condições de execução, poderá ser realizada vistoria técnica prévia, de acordo com as condições abaixo estabelecidas:

a. A vistoria é facultativa, e poderá ser realizada em dias úteis entre 08h00 e 18h00, devendo ser acompanhada pela Segurança do prédio ou outra pessoa designada.

b. As empresas participantes deverão agendar data e horário para realização de vistoria nos Fóruns Trabalhistas junto à Seção de Infraestrutura Mecânica, com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas úteis de antecedência, através do e-mail enginframec@trt2.jus.br, informando o nome e RG do representante da empresa que fará a vistoria.

b.1. O horário de funcionamento do Tribunal para a realização do agendamento é de segunda a sexta-feira, das 10:00 às 18:00 horas.

b.2. A data limite para a vistoria será até as 18:00 horas do 2º dia útil que antecede a data de abertura das propostas.

10.1.4.2. Embora a vistoria seja facultativa, a sua não execução não permite que as licitantes aleguem desconhecimento das condições físicas, técnicas ou operacionais como justificativa para o descumprimento das obrigações contratuais, para a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

formulação de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro ou para a solicitação de aditivos contratuais.

10.2. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido no item 10.1, por igual período, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.3. Na análise dos documentos de habilitação, poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.

10.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, ou para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de seus recebimentos.

10.5. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, notas fiscais, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

10.6. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.7. Havendo pendência nos níveis do SICAF, o agente de contratação poderá solicitar para fins de habilitação, cédula de identidade dos dirigentes/sócios, prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; certidão relativa aos tributos estaduais; certidão relativa aos tributos municipais; certidão de Regularidade do FGTS – CRF, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; os atos constitutivos da empresa, tais como Registro Comercial da Firma, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, Estatuto arquivado na Junta Comercial e última ata de Eleição dos Administradores, registrada na Junta Comercial, Contrato Social e suas alterações, dentre outros.

10.8. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital.

10.10. Em caso de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

vencedor.

11. DOS RECURSOS

11.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de **20 (vinte) minutos** concedido na sessão pública, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

11.2. As razões do recurso deverão ser registrados em momento único em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de encerramento da sessão pública, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados, se desejarem, a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.3. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11.6. Da decisão em que não caiba recurso hierárquico, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

13. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1. Após a homologação do certame, caso a Administração decida pela efetivação do contrato, o licitante vencedor será convocado, por escrito, para entregar os documentos abaixo descritos:

13.1.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação:

13.1.1.1. Comprovação de que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído por Portaria Interministerial do Poder Executivo.

a. A apresentação da comprovação será dispensada caso a Seção de Contratos logre êxito em obtê-la mediante consulta online ao sítio oficial do Ministério do Trabalho e Emprego, e anexando-a ao processo.

13.1.1.2. Declaração de que não foi condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

e ao trabalho escravo, conforme modelo constante do Anexo V.

13.1.1.3. Certidão de registro da empresa no CREA da 6ª Região.

13.1.2. No prazo de até 1 (um) mês, contados da data da homologação do certame, e em caso de ocorrência do disposto no item 15.2.1:

13.1.2.1. Comprovante de prestação da garantia descrita no item 15.2, caso a opção seja pela modalidade seguro-garantia.

13.2. No momento da assinatura do contrato será verificada a regularidade do signatário no SICAF, quanto às certidões federais, estaduais e municipais, e no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin (em conformidade com o inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522/2002).

13.2.1. Na hipótese de irregularidade, o signatário deverá regularizar sua situação perante o cadastro ou apresentar os documentos que comprovem sua regularidade relativamente aos dados vencidos ou não atualizados, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

13.3. O não atendimento das exigências dispostas nos itens 13.1 e 13.2, além de obstar a assinatura do contrato, acarretará as consequências previstas no artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Cumpridas as exigências dispostas nos itens 13.1 e 13.2, o adjudicatário deverá assinar o instrumento contratual no prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado do envio da mensagem para o e-mail informado, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

13.4.1. O contrato deverá ser assinado de forma digital por meio do Sistema PROAD (Processo Administrativo Eletrônico), conforme orientações dispostas no Manual de uso do PROAD para usuários (as) externos (as) ao Tribunal.¹

13.4.2. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

13.4.3. Deverá ser assinada no mesmo prazo e forma dispostos no *caput* a declaração indicando os prepostos e seus substitutos, que representarão a contratada durante a execução contratual, contendo os respectivos contatos (telefone, e-mail e endereço), conforme Anexo VII.

13.5. Quando o licitante convocado não assinar o contrato na forma estabelecida neste instrumento poderá ser convocado outro licitante para fazê-lo, nos termos previstos no artigo 90 da Lei 14.133/2021, obedecida a ordem de classificação.

¹ https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/servicos/Manual_de_uso_do_PROAD_usuarios_externos_2025.pdf



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

13.6. O licitante vencedor deverá manter suas condições de habilitação durante toda a contratação.

14. DO CADASTRAMENTO OBRIGATÓRIO NO SIGEO - JT

14.1. Para a efetivação dos pagamentos resultantes desta contratação, será obrigatório o cadastramento da contratada no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT).

14.1.1. O prazo para a efetivação do cadastro será de 10 (dez) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato.

14.1.2. O procedimento de cadastramento pode ser acessado em:
<https://sigeo.jt.jus.br/ajuda/kbtopic/fornecedores-colaboradores-e-credenciados-de-saude/>

14.2. Durante o período de execução contratual, a contratada deverá, na periodicidade correspondente à natureza do objeto, enviar a Nota Fiscal Eletrônica através do módulo de Execução Financeira do SIGEO-JT, sob pena de não pagamento.

14.3. Eventuais dúvidas sobre o cadastro no sistema poderão ser dirimidas através do e-mail cadastro.execucaofinanceira@trt2.jus.br

15. DAS GARANTIAS (DE EXECUÇÃO E ADICIONAL)

15.1. Da garantia de execução

15.1.1. Não haverá exigência de prestação de garantia de execução nesta contratação.

15.2. Da garantia adicional

15.2.1. Será exigida do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor estimado para a contratação, garantia adicional no valor equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

15.2.2. A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades previstas no artigo 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021 (caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização), e será liberada de acordo com as condições previstas neste edital, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

15.2.2.1. Prazos para apresentação da garantia:

- a. Até 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de assinatura do contrato, caso o licitante opte pelas modalidades caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização, e;
- b. Até 1 (um) mês, contados da data de homologação da licitação, caso a opção seja pelo seguro-garantia.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

b.1. A assinatura do contrato ocorrerá após a prestação da garantia pela contratada.

16. DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

16.1. A disciplina acerca do reajuste e do equilíbrio econômico-financeiro está disposta nos termos do instrumento contratual anexo ao presente edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, bem como de fiscalização estão previstos no instrumento contratual anexo ao presente edital.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado nos termos do instrumento contratual anexo ao presente edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa o licitante que:

- 19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação durante o certame;
- 19.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 19.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta;
- 19.1.4. ensejar o retardamento do certame;
- 19.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 19.1.6. fraudar a licitação;
- 19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

19.2. Mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas aos licitantes e/ou adjudicatários, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

- 19.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

19.2.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

19.3. Considera-se não manter a proposta a ausência de envio, a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, não enviar proposta/planilha adequada ao último lance ofertado ou após negociação, deixar de apresentar amostra, não enviar documentos solicitados ou não prestar esclarecimentos em sede de diligência, o pedido de desclassificação da proposta formulado pelo licitante, quando encerrada a etapa competitiva e desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração que impossibilite o seu cumprimento.

19.4. Considera-se comportar-se de maneira inidônea a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como: frustrar ou fraudar o caráter competitivo do procedimento licitatório; agir em conluio ou em desconformidade com a lei; induzir deliberadamente a erro no julgamento; prestar informações falsas; apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

19.5. Considera-se retardar a execução do certame qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento do certame, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou ainda que atrase a assinatura do contrato ou ata de registro de preços.

19.6. Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail cadastrados no SICAF, sendo de responsabilidade do licitante o acompanhamento e atualização dos respectivos cadastros;

19.6.1. A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico do licitante, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio;

19.7. Em caso de inexecução parcial ou total das condições de contratação, erros ou atrasos na execução e quaisquer outras irregularidades não justificadas, serão aplicadas as sanções administrativas conforme disposto no instrumento contratual.

19.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP.

19.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

19.10. Os procedimentos instituídos para apuração de responsabilidades referentes à eventuais infrações administrativas observarão as disposições do Ato GP n. 24, de 27 de maio de 2022 deste Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública, e caso a continuidade não seja agendada nesse momento, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

20.2. Os horários estabelecidos no edital de licitação, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

20.3. Comprovada a impossibilidade de envio por meio da ferramenta "enviar anexo" do sistema, a critério do agente de contratação, poderá ser utilizado para encaminhamento de documentos o endereço eletrônico licita@trt2.jus.br.

20.4. Quaisquer documentos inseridos no Sistema Compras.gov.br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo agente de contratação.

20.4.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Divisão de Licitações, situada na Avenida Marquês de São Vicente nº 235, Bloco B, 1º andar, Barra Funda, São Paulo/SP, CEP 01139-001.

20.5. A assinatura de documentos resultantes deste pregão eletrônico será exclusivamente digital, realizada através de assinatura eletrônica qualificada, baseada em certificado digital emitido por autoridade certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), ou através de assinatura eletrônica avançada (definida no inciso II, art. 4º da lei nº 14.063/2020), considerada válida para todos os efeitos legais, e será realizada através do Portal PROAD (Processo Administrativo Eletrônico), que é um sistema de gestão virtual de documentos e processos administrativos.

20.5.1. As orientações para acesso e utilização do Portal PROAD estão dispostas no Manual de uso do PROAD para usuários (as) externos (as) ao Tribunal.²

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

20.6.1. São considerados dias de expediente os descritos no Art. 62, I, da lei 5.010/1966.

20.7. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste edital.

20.8. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados. A solicitação deve ser encaminhada ao e-mail licita@trt2.jus.br.

20.9. O edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico

² https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/servicos/Manual_de_uso_do_PROAD_usuarios_externos_2025.pdf



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

<https://ww2.trt2.jus.br/transparencia/licitacoes-compras-e-contratos/licitacoes> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

20.10. Os anexos listados no sumário, integram este edital, para todos os fins e efeitos.

20.11. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária de São Paulo, com exclusão de qualquer outro.

São Paulo, (data e hora da assinatura digital)

Aquiles José Malvezzi

Diretor da Secretaria de Processamento e
Acompanhamento de Contratos e Licitações



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO I
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

1.1. Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação continuada de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado, ventilação e exaustão instalados em 17 (dezessete) Fóruns Trabalhistas do CONTRATANTE, incluindo o fornecimento de materiais, insumos, peças e mão de obra necessários à execução dos serviços, excetuadas as peças e componentes listados no Anexo XI – Lista de Peças Específicas, que observarão regime específico de fornecimento.

1.1.1. Os serviços serão executados nas seguintes localidades:

- 1.1.1.1. Fórum de Barueri situado à Alameda Araguaia, 2.096 – Barueri.
- 1.1.1.2. Fórum de Cajamar situado à Rua Avelino Toledo de Lima, 297 - Cajamar.
- 1.1.1.3. Fórum de Carapicuíba situado à Av. Mirian, 55 - Carapicuíba.
- 1.1.1.4. Fórum de Cotia situado à Av. Rotary, 175 - Cotia.
- 1.1.1.5. Fórum de Cubatão situado à Praça Doutor Getúlio Vargas, 126/128 - Cubatão.
- 1.1.1.6. Fórum de Diadema situado à Av. Sete de Setembro, 919 - Diadema.
- 1.1.1.7. Fórum de Embu das Artes situado à Rua Belo Horizonte, 326 - Embu das Artes.
- 1.1.1.8. Fórum de Franco da Rocha situado à Av. Dr Franco da Rocha, 96 - Franco da Rocha.
- 1.1.1.9. Fórum de Guarujá situado à Rua Montenegro, 273 - Guarujá.
- 1.1.1.10. Fórum de Praia Grande situado à Rua José Borges Neto, 160 – Praia Grande.
- 1.1.1.11. Fórum de Ribeirão Pires situado à Rua Miguel Prisco, 53 - Ribeirão Pires.
- 1.1.1.12. Fórum de Santana de Parnaíba situado à Rua Treze de Maio, 222 - Santana de Parnaíba.
- 1.1.1.13. Fórum de Santo André situado à Rua Monte Casseros, 259 - Santo André.
- 1.1.1.14. Fórum de São Bernardo do Campo situado à Av. Getúlio Vargas, 57 - São Bernardo do Campo.
- 1.1.1.15. Fórum de São Caetano do Sul situado à Rua Baraldi, 795 - São Caetano do Sul.
- 1.1.1.16. Fórum de São Vicente situado à Av. Antonio Emmerick, 1.328 - São Vicente.
- 1.1.1.17. Fórum de Taboão da Serra situado à Estrada São Francisco, 1.061 - Taboão da Serra.

1.1.2. Importante verificar, no item 3.1 deste anexo, que as datas de início da execução dos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

serviços das manutenções não são as mesmas para todos os Fóruns.

1.2. As peças e componentes constantes do Anexo XI, em razão de sua complexidade técnica e elevado valor unitário, serão adquiridos pela CONTRATADA, mediante prévia autorização da fiscalização, e posteriormente reembolsados pelo CONTRATANTE, após o recebimento definitivo dos serviços e mediante apresentação da documentação comprobatória da aquisição e instalação.

1.2.1. O reembolso das peças previstas no Anexo XI observará os valores previamente apresentados pela CONTRATADA por ocasião da licitação.

1.3. Excepcionalmente, mediante justificativa técnica e autorização da fiscalização, quando houver necessidade de substituição de peça ou componente não previsto no Anexo XI, cujo valor seja elevado ou cuja reposição seja imprescindível para evitar a paralisação do sistema, a CONTRATANTE poderá realizar a aquisição direta da peça, cabendo à CONTRATADA sua instalação, sem ônus adicional de mão de obra.

1.4. Todas as demais peças, materiais e insumos não abrangidos pelas hipóteses previstas nos itens anteriores serão de responsabilidade integral da CONTRATADA, sem custos adicionais para o CONTRATANTE.

1.5. Os serviços objeto desta contratação deverão ser executados em conformidade com a legislação e normas técnicas aplicáveis, em especial:

1.5.1. Lei Federal - 13.589/18 – Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de ar-condicionado;

1.5.2. NBR 13.971/ABNT – Manutenção Programada em Sistemas de Ar-condicionado e Ventilação;

1.5.3. NBR 16.401/ABNT – Instalações de Ar-condicionado;

1.5.4. NBR 14.679/ABNT – Sistemas de ar-condicionado e ventilação – Execução de serviços de higienização;

1.5.5. NBR 10719/ABNT – Elaboração de relatórios técnicos, conforme item VI, da Resolução ANVISA nº 09/03;

1.5.6. Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Resolução nº 09 de 16/01/2003 – Orientação Técnica de Grupo Técnico Assessor, sobre Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior, em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo;

1.5.7. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Resolução nº3 de 28/06/1990 – Padrões de qualidade do ar;

1.5.8. Portaria nº 3523/98 do Ministério da Saúde – Regulamento Técnico para operação, manutenção e controle de instalações de climatização.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

2. SUBCONTRATAÇÃO

2.1. Considerando a natureza técnica e multidisciplinar dos serviços de manutenção de sistemas de climatização, será admitida a subcontratação de serviços especializados específicos, desde que previamente autorizada pela Administração e mantida a integral responsabilidade da CONTRATADA pela execução contratual.

2.2. Poderão ser objeto de subcontratação, quando necessário, serviços especializados relacionados a:

2.2.1. análise da qualidade do ar em ambientes climatizados;

2.2.2. análise e/ou tratamento da água utilizada em sistemas de climatização (água gelada e/ou água de condensação);

2.2.3. limpeza e higienização de dutos de ar;

2.2.4. configuração e ajustes dos chillers, realizados por representantes autorizados/credenciados dos fabricantes.

2.3. Tais atividades constituem serviços técnicos complementares e integrantes das rotinas de manutenção dos sistemas de climatização, frequentemente executados por empresas especializadas que dispõem de equipamentos e certificações específicas para esse tipo de serviço.

2.4. A eventual subcontratação não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais, permanecendo esta integralmente responsável perante a Administração pela qualidade dos serviços executados, pelo cumprimento das obrigações contratuais e pela observância das normas técnicas e sanitárias aplicáveis.

3. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

3.1. O início da vigência se dará de forma escalonada, conforme tabela abaixo:

Fórum Trabalhista	Início da Execução dos Serviços no Novo Contrato
Barueri	18/08/2026
Santana de Parnaíba	15/09/2026
Cubatão	15/09/2026
Guarujá	15/09/2026
Cajamar	01/11/2026
Praia Grande	02/10/2026
São Vicente	02/10/2026
Carapicuíba	02/10/2026
Cotia	02/10/2026
Embu das Artes	02/10/2026



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Fórum Trabalhista	Início da Execução dos Serviços no Novo Contrato
Franco da Rocha	02/10/2026
Taboão da Serra	02/10/2026
Diadema	02/10/2026
Ribeirão Pires	02/10/2026
Santo André	02/10/2026
São Bernardo	02/10/2026
São Caetano	02/10/2026

3.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.3. Considerando a essencialidade do serviço e a necessidade de resposta célere para atendimento corretivo e emergencial nas unidades abrangidas por esta contratação, a CONTRATADA deverá comprovar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do contrato, que dispõe de infraestrutura operacional compatível com as exigências contratuais, na cidade de São Paulo.

3.3.1. Para fins deste item, entende-se como infraestrutura operacional mínima:

3.3.1.1. Base física de apoio técnico, com endereço fixo;

3.3.1.2. Equipe técnica disponível para deslocamento imediato;

3.3.1.3. Estoque mínimo de peças e insumos de uso recorrente.

3.3.2. A exigência aqui estabelecida não tem por objetivo restringir a participação de licitantes sediados fora da região, mas garantir eficiência e continuidade dos serviços, observados os princípios da proporcionalidade, competitividade e vantajosidade da contratação.

3.4. A CONTRATADA deverá realizar reunião com os Gestores e Fiscais do Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o início da vigência do contrato, a fim de que seja realizado o alinhamento da contratação e das expectativas deste CONTRATANTE.

3.5. Das condições e forma de pagamento

3.5.1. A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização administrativa, por mês de referência, até o 5º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços, relatórios em conformidade com o Anexo II - Memorial Descritivo e Anexo IX - PMOC.

3.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar a Nota Fiscal, mediante inserção no SIGEO-JT (Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho) e envio ao CONTRATANTE, entre o dia 1 e o dia 15 do mês seguinte à prestação dos serviços. Para tanto, a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

CONTRATADA deverá providenciar seu cadastro no SIGEO-JT.

3.5.3. O pagamento será proporcional ao cumprimento das metas estabelecidas no IMR (Instrumento de Medição de Resultados), indicadas no Anexo X.

3.5.4. Ocorrerá a glosa no pagamento devido, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a CONTRATADA não produzir os resultados, ou não executar com a qualidade mínima exigida nas atividades contratadas.

3.5.5. Serão retidos na fonte os valores correspondentes aos tributos previstos na legislação vigente.

3.5.6. A CONTRATADA emitirá a Nota Fiscal/Fatura, observada a legislação pertinente, onde constará no mínimo:

3.5.6.1. Nome do Banco, Agência e Conta-corrente, cuja titularidade deverá corresponder ao mesmo CNPJ da proposta, para efetivação do pagamento;

3.5.6.2. Mês de referência dos serviços prestados;

3.5.6.3. Nome da Unidade de prestação dos serviços;

3.5.6.4. Descrição sumária dos serviços prestados.

3.5.7. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) para verificar a manutenção da regularidade fiscal da CONTRATADA.

3.5.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, a CONTRATADA deverá apresentar ao setor responsável pela fiscalização administrativa do contrato, juntamente com a Nota Fiscal do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

3.5.8.1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

3.5.8.2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União;

3.5.8.3. Certidão de regularidade relativa aos tributos estaduais e municipais;

3.5.8.4. Certidão de regularidade do FGTS – CRF;

3.5.8.5. Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

3.5.9. Dos pagamentos devidos à CONTRATADA poderão ser abatidas ou compensadas quaisquer obrigações financeiras de responsabilidade da CONTRATADA, em virtude de penalidades ou descumprimento de obrigações contratuais.

4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

4.2. Não colocar obstáculos ou quaisquer dificuldades para a perfeita execução dos serviços de instalação do sistema de ar-condicionado e de renovação de ar, ou de manutenções preventiva e corretiva.

4.3. Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do CONTRATANTE, devendo apresentar seus técnicos devidamente identificados por meio de crachás e/ou uniformes.

4.4. Solicitar previamente autorização para acesso de seus profissionais às dependências do CONTRATANTE, mediante solicitação formal encaminhada exclusivamente ao e-mail enginframec@trt2.jus.br, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas da data e horário pretendidos para entrada no prédio, contendo a identificação completa dos profissionais, a unidade, a data, o horário e a descrição do serviço a ser executado, sendo vedado o acesso sem a devida autorização, devendo ser rigorosamente observadas as normas internas de segurança, identificação e controle de acesso do CONTRATANTE.

4.4.1. O descumprimento desta obrigação poderá implicar na impossibilidade de acesso às dependências do CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações contratuais, não sendo admitida qualquer alegação de prejuízo ou excludente de responsabilidade decorrente do não atendimento.

4.5. Utilizar ferramentas e equipamentos próprios na execução dos serviços, não podendo se servir dos pertencentes do CONTRATANTE a qualquer título e ainda que temporariamente.

4.6. Cumprir todas as outras disposições legais, federais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

4.7. Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de dolo ou culpa, não excluindo ou reduzindo dessa possibilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

4.8. Responsabilizar-se única e exclusivamente por eventuais acidentes relacionados com a execução dos serviços e os danos que, direta ou indiretamente, causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, dentro das dependências do CONTRATANTE.

4.9. Proceder à limpeza dos locais de trabalho, após a execução dos serviços.

4.10. Operar e acompanhar o fluxo de chamados de manutenção por meio das ferramentas definidas pela Administração, devendo, obrigatoriamente:

4.10.1. Receber e responder chamados de manutenção preventiva ou corretiva abertos por



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

usuários do CONTRATANTE por meio de telefone, e-mail corporativo ou software específico adotado pela Administração;

4.10.2. Utilizar, se for o caso, o sistema informatizado disponibilizado pelo CONTRATANTE para controle dos chamados, responsabilizando-se por:

4.10.2.1. Consultar e registrar as demandas recebidas;

4.10.2.2. Atualizar, tempestivamente, o status de cada chamado (ex: recebido, em andamento, concluído, com pendência);

4.10.2.3. Anexar documentos técnicos, fotos, relatórios ou laudos, quando aplicável;

4.10.2.4. Encerrar os chamados com validação da fiscalização do contrato.

4.10.3. Caso aplicável, a aquisição, configuração e fornecimento de até 2 (duas) licenças do software de gerenciamento de chamados será de responsabilidade do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA a devida adequação, capacitação e operação do sistema, conforme orientações técnicas que venham a ser fornecidas no durante da execução contratual.

4.11. Acompanhar a execução do serviço, através do responsável técnico, qualificado conforme exigência de habilitação deste edital e seus anexos.

4.12. Fornecer mão de obra com qualificação adequada à realização dos serviços, tanto para as manutenções preventivas quanto para as corretivas.

4.13. Assegurar capacidade operacional suficiente para atendimento simultâneo das demandas de manutenção preventiva e corretiva em múltiplas unidades abrangidas pelo contrato, devendo dispor de equipe técnica, infraestrutura, logística e recursos materiais em quantitativo adequado para o atendimento concomitante de chamados em diferentes prédios, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, sem prejuízo dos prazos estabelecidos neste anexo, no Memorial Descritivo e no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

4.13.1. A eventual necessidade de atendimento simultâneo em mais de uma unidade não poderá ser utilizada como justificativa para atraso, descumprimento de prazos, interrupção dos serviços ou solicitação de acréscimos contratuais.

4.13.2. O descumprimento desta obrigação poderá caracterizar inexecução parcial do contrato, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das penalidades previstas neste edital e na legislação vigente.

4.14. Garantir atendimento emergencial no mesmo dia da comunicação do chamado, nos casos em que houver indisponibilidade total do sistema de climatização de determinada unidade ou edifício, caracterizada pela ausência integral de refrigeração nas áreas atendidas, independentemente do horário de abertura do chamado, inclusive fora do horário comercial, finais de semana e feriados.

4.14.1. A CONTRATADA deverá dispor de equipe técnica, logística e estrutura operacional



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

compatíveis com a criticidade do serviço, de modo a garantir o pronto atendimento emergencial, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.

4.14.2. O descumprimento desta obrigação poderá caracterizar inexecução parcial do contrato, sujeitando a CONTRATADA às penalidades previstas neste edital, seus anexos e na legislação vigente.

4.15. Fornecer a documentação comprobatória da qualificação técnica, assim como da documentação pertinente às normas de segurança do trabalho relativas às atividades executadas, dos técnicos que executarão as manutenções preventivas e corretivas, no início da contratação, ou quando houver troca de técnicos.

4.16. Manter, durante todo o tempo de vigência da contratação até o adimplemento final das obrigações contratuais, o atendimento das condições de habilitação exigidas.

4.17. Cumprir as normas de segurança e saúde no trabalho, constantes na legislação vigente.

4.18. Adotar os critérios de segurança previstos na legislação específica, tanto para seus empregados quanto para quaisquer outros executantes dos serviços.

4.19. Atender prontamente as instruções expedidas pelo CONTRATANTE para a execução dos serviços, especialmente no que se refere à metodologia a ser adotada e às demais questões administrativas que forem suscitadas.

4.20. Assegurar que o preposto da CONTRATADA esteja permanentemente disponível e apto a atender prontamente toda e qualquer solicitação oriunda da equipe fiscal e/ou gestora do contrato, inclusive quanto à participação em reuniões, vistorias, esclarecimentos técnicos e demais providências que se façam necessárias ao regular e eficiente andamento da execução contratual, em estrita observância às orientações e determinações emitidas pela Administração.

4.21. Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas decorrentes de salários, encargos sociais, horas-extras, impostos, bem como acidentes de que possam ser vítimas seus empregados quando em serviço, e por tudo quanto a legislação vigente lhes assegure, inclusive férias, aviso prévio, indenização e quaisquer outros direitos.

4.22. Trabalhar de forma coordenada com as demais empresas que executarão outros serviços no local, de modo a não prejudicar o perfeito andamento das tarefas.

4.23. Concluir, até o término da vigência contratual, todos os serviços de manutenção preventiva e corretiva iniciados, bem como sanar todas as pendências, falhas, inconformidades ou não conformidades identificadas durante a execução do contrato, independentemente da data de abertura do chamado, desde que ocorridas dentro da vigência contratual, conforme item 4.1.19 do Anexo II - Memorial Descritivo.

4.24. Ao término da vigência contratual, ou na hipótese de rescisão, se necessário, a CONTRATADA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

deverá participar de vistoria técnica conjunta com representantes do CONTRATANTE, com o objetivo de verificar as condições de funcionamento, conservação e integridade de todos os equipamentos e sistemas abrangidos pelo contrato, conforme item 8 do Anexo II - Memorial Descritivo.

4.24.1. A vistoria terá por finalidade verificar se os equipamentos e sistemas encontram-se em condições adequadas de operação, bem como identificar eventuais pendências, falhas, inconformidades ou serviços não executados durante a vigência contratual.

4.24.2. Caso sejam constatadas irregularidades ou pendências atribuíveis à CONTRATADA, esta deverá promover, às suas expensas, as correções necessárias, no prazo a ser estabelecido pelo CONTRATANTE, antes do encerramento definitivo do contrato.

4.24.3. A conclusão da vistoria e a regularização de eventuais pendências constituem condição para o recebimento definitivo dos serviços e encerramento das obrigações contratuais, sem prejuízo da aplicação de penalidades, quando cabíveis.

5. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5.1. Proporcionar, dentro do possível, as condições necessárias ao regular cumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, promovendo o bom relacionamento e entendimento entre seus serviços e os da CONTRATADA.

5.2. Fiscalizar o bom andamento do serviço prestado pela CONTRATADA, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando a esta as ocorrências e quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

5.3. Acompanhar a execução dos serviços, verificando se a rotina e a frequência estão sendo atendidas, conforme este edital e seus anexos.

5.4. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto desta licitação, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer quaisquer serviços que não estejam de acordo com as condições e exigências especificadas.

5.5. Observar para que durante toda a vigência do contrato, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo todos os documentos de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.6. Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

5.7. Colaborar, no âmbito de suas atribuições, para viabilizar o acesso da CONTRATADA às áreas e instalações necessárias à execução dos serviços, observadas as normas internas de segurança, funcionamento e as disposições estabelecidas no contrato.

5.8. Permitir o acesso dos profissionais da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

necessárias à execução dos serviços, desde que previamente autorizado, conforme item 4.4 deste anexo.

5.9. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, exigindo sua correção imediata, sob pena de suspensão do contrato a ser firmado, ressalvado os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito.

5.10. Exigir a imediata substituição de qualquer empregado da CONTRATADA que produza complicações para a supervisão e/ou fiscalização ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe foram designadas.

5.11. Comunicar oficialmente à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço e quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

5.12. O CONTRATANTE realizará, ao término do contrato, vistoria técnica conjunta com a CONTRATADA, com o objetivo de avaliar as condições finais dos equipamentos e sistemas, podendo emitir relatório técnico com eventuais pendências e determinações para sua regularização.

6. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

6.1. Será utilizado o Instrumento de Medição de Resultado a fim de aferir a qualidade dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado.

6.2. Será medida a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA, por meio de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Anexo X.

6.3. Incorrendo em alguma das situações previstas no IMR, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA, que deverá emitir fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO II
MEMORIAL DESCRITIVO

1. OBJETIVO

1.1. Este memorial tem como objetivo a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos de manutenção corretiva, preventiva, conservação e assistência técnica dos sistemas de ar condicionado e dos sistemas de ventilação e exaustão dos Fóruns Trabalhistas de Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Cubatão, Diadema, Embu das Artes, Franco da Rocha, Guarujá, Praia Grande, Ribeirão Pires, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Vicente e Taboão da Serra.

2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

2.1. Para a realização dos serviços deverão ser disponibilizados profissionais capacitados, em condições de realizar, com segurança, qualidade e em tempo razoável, as atividades a eles atribuídas, os quais deverão possuir formação e qualificação mínimas, de acordo com a função ocupada.

2.2. A CONTRATADA deverá apresentar, no início da contratação ou quando solicitada, a comprovação documental da experiência dos profissionais designados, sob pena de substituição imediata e aplicação das penalidades contratuais.

2.3. O profissional, designado pela CONTRATADA como Responsável Técnico pelos serviços, poderá ser convocado a qualquer instante dentro do horário comercial para prestar esclarecimentos ou acompanhamentos para solução de problemas técnicos, mediante comparecimento em até 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da convocação por e-mail ou whatsapp.

3. EQUIPAMENTOS EXISTENTES

3.1. Fórum Trabalhista de Barueri:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo	Capacidade
01	02	CHILLER	HITACHI	RCU120SAZ4A7P	120 TR
02	02	Splitão	HITACHI	RAP300B7Z	30 TR
03	01	Splitão	TRANE	-	25 TR
04	01	Fan Coil	TRANE	-	17 TR
05	03	Fan Coil	TRANE	-	14 TR
06	05	Fan Coil	TRANE	-	12 TR
07	05	Fan Coil	TRANE	-	10 TR
08	16	Split hi-wall	TRANE	-	18.000 BTU



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo	Capacidade
09	04	Split piso/teto	CARRIER	38KCC036515LS	36.000 BTU
10	02	Split cassete	HITACHI	-	48.000 BTU
11	03	Bomba água gelada	KSB	Meganorm 65-45-250F	-
12	01	Bomba submersível	Thebe	TSP 550w - 220V monofásico	-

3.2. Fórum Trabalhista de Cajamar:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo	Capacidade
1	01	Split hi-wall	FUJITSU	ASBG09JMCA	9.000 BTU
2	03	Split hi-wall	FUJITSU	ASBG12JMCA	12.000 BTU
3	01	Split piso/teto	FUJITSU	AOBG18JFCB	18.000 BTU
4	05	Split piso/teto	FUJITSU	ABBG24LVTA	24.000 BTU
5	01	Split piso/teto	FUJITSU	ABBA36LCT	36.000 BTU

3.3. Fórum Trabalhista de Carapicuíba:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo Evaporadora	Modelo Condensadora	Capacidade
1	02	Split piso/teto	GREE	GST36-22R/A	GST36-22R/A	36.000 BTU
2	01	Split piso/teto	SPRINGER	42XQM36C5	38CCM036515MC	36.000 BTU
3	04	Split piso/teto	GREE	GST24-22L/E	GST24-22L/E	24.000 BTU
4	03	Split piso/teto	SPRINGER	42XQM36C5 A	42XQM24C5	24.000 BTU
5	01	Split hi-wall	MIDEA	42MDCA24M5		24.000 BTU
6	02	Split cassete	CARRIER	42KWCC24C5		24.000 BTU
7	02	Split hi-wall	GREE	GWNC18DCND1 A		18.000 BTU
8	05	Split hi-wall	MIDEA	42MDCA24M5		18.000 BTU
9	01	Split hi-wall	GREE	GWC12MB - D1NNA	GWC12MB	12.000 BTU
10	01	Split hi-wall	GREE	GWC09MB-D1NNA	GWC09MA	9.000 BTU

3.4. Fórum Trabalhista de Cotia:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo Evaporadora	Modelo condensadora	Capacidade
1	02	CHILLER	HITACHI	RCU020DAS4AP		20 TR
2	02	Fancolete Cassete	HITACHI	TCCD09AP		0,90 TR
3	19	Fancolete Cassete	HITACHI	TCCD20AP		1,80 TR
4	02	Fancolete Cassete	HITACHI	TCCD28AP		2,36 TR
5	01	Split hi-wall	HITACHI	RPC015H3P		18.000 BTU
6	03	Bomba água gelada	KSB	Megabloc 50-315	Motor WEG 7,5 HP	10 CV



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

3.5. Fórum Trabalhista de Cubatão:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo Evaporadora	Modelo Condensadora	Capacidade
1	3	Cassete	Fujitsu	AUBA36LCL	AOBA36LFTL	36.000
2	4	Piso-teto	Fujitsu	ABBA36LCT	AOBA36LFTL	36.000
3	1	Hi-wall	Fujitsu	ASBA07LBCM	AOBA30LAT4	7.000
4	1	Cassete	Elgin	KVFI36B2NB	OXFE36B2CB	36.000
5	1	Hi-wall	Fujitsu	ASBA24LFC	-	24.000
6	1	Hi-wall	Midea	42MDQA09M5	-	8.900
7	1	Hi-wall	Midea	42LUCC09C5	-	24.000
8	1	Hi-wall	Midea	42MDCA09M5	38KQN12M5	9.000
9	1	Hi-wall	Midea	42MDCA09M5	-	9.000
10	1	Hi-wall	Midea	42AGMA24M5	38AGVCC18M5	24.000
11	1	Hi-wall	Carrier	42LUCC09C5	-	9.000
12	1	Hi-wall	Carrier	42LUCC09C5	38KCH09C5	9.000
13	1	Hi-wall	TCL	TAC-24CNSA INV	TAC-24CNSA INV	18.000
14	1	Bi-split Hi-wall	Midea	42AGMA18M5	38MBTC27M5	18.000
	1			42AGMA12M5		12.000
15	1	Tri-split Hi-wall	Midea	42AGMA12M5	38MBMA36M5	12.000
	2			42AGMA09M5		9.000
16	1	Tri-split Hi-wall	Midea	ASBA12LACM	AOBA24LAT3	12.000
	2			ASBA09LACM		9.000
17	1	Bi-split Hi-wall	Midea	42AGVCC18M5	38MBMA36M5	18.000
	1			42AGMA18M5		18.000
18	2	Bi-split Hi-wal	Midea	42AGMA09M5	38MBBC18M5	9.000

3.6. Fórum Trabalhista de Diadema:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo	Capacidade
01	06	CHILLER	HITACHI	RCU15IASA5C	15 TR
02	05	Fan. Cassete	HITACHI	TCSD12B3P	13.200 BTU
03	27	Fan. Cassete	HITACHI	TCCD20B3P	21.600 BTU
04	15	Fan. Cassete	HITACHI	TCSD28B3P	27.600 BTU
05	02	Split piso/teto	HITACHI	-	24.000 BTU
06	02	Bomba água gelada	KSB	Meganorm 40-160	-

3.7. Fórum Trabalhista de Embu das Artes:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo Evaporadora	Modelo Condensadora	Capacidade
------	-------	------	-------	--------------------	---------------------	------------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

1	01	Split piso/teto	SPRINGER	42XQC036515LC	38CCD036515MC	36.000 BTU
2	05	Split piso/teto	SPRINGER	42XQC024515LC	38CCD024515MC	24.000 BTU
3	03	Split piso/teto	SPRINGER	42RWCA012515L	38KCB012515MS S	12.000 BTU
4	01	Split hiwall	SPRINGER	42RWCB0009515	38KCC009515MS LS	09.000 BTU

3.8. Fórum Trabalhista de Franco da Rocha:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo Evaporadora	Modelo Condensadora	Capacidade
1	08	Split piso/teto	CARRIER	42WQC036515LS	38CCD036515MS	36.000 BTU
2	05	Split piso/teto	CARRIER	42XQC024515LC	38KCD024515MC	24.000 BTU
3	11	Split piso/teto	CARRIER	42XQC018515LC	38KCD018515MC	18.000 BTU
4	03	Split piso/teto	CARRIER	42RWCB012515LS	38KCC012515MS	12.000 BTU

3.9. Fórum Trabalhista do Guarujá:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo Evaporadora	Modelo Condensadora	Capacidade
1	10	Split hi-wall	LG	S4NQ12JA3AD	S4UQ12JA3AD	12.000 BTU
2	07	Split hi-wall	LG	S4NQ18KL3AA	S4UQ18L3AA	18.000 BTU
3	01	Split cassette	LG	ATNW18GPLPO	ATUW18GPLPO	18.000 BTU
4	01	Split hi-wall	LG	S4NQ24K231D	S4UQ24K231D	24.000 BTU
5	07	Split cassette	LG	ATNW24GPLPO	ATUW24GPLPO	24.000 BTU
6	07	Split cassette	LG	ATNW36GMLPO	AVUW36GM1PO	36.000 BTU
7	08	Split piso-teto	LG	AVNW36GM1PO	ATUW36GMLPO	36.000 BTU

3.10. Fórum Trabalhista da Praia Grande:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo	Capacidade
1	09	Split hi-wall	FUJITSU	ASBG12JHCA	12.000 BTU
3	06	Split piso/teto	FUJITSU	ABBF18LAT	18.000 BTU
4	04	Split piso/teto	FUJITSU	ABBG24LVTA	24.000 BTU
5	01	Split piso/teto	TCL	TAC 24CHSAWV	24.000 BTU
6	07	Split piso/teto	FUJITSU	ABBA36LCT	36.000 BTU

3.11. Fórum Trabalhista de Ribeirão Pires:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo Evaporadora VRF	Modelo Condensadora VRF	Capacidade
1	02	Condensadora	HITACHI	---	RAS10FSNMQ	10 HP
2	01	Condensadora	HITACHI	---	RAS8FSNMQ	8 HP
3	02	Condensadora	HITACHI	---	RAS5FSVN1Q	8 HP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

4	02	Cassete	HITACHI	RCI1,5FSN	---	1,5 HP
5	01	Cassete	HITACHI	RCI2,0FSN	---	2 HP
6	07	Cassete	HITACHI	RCI2,5FSNS	---	2,5 HP
7	01	Cassete	HITACHI	RCI4,0FSN	---	4 HP
8	01	Hi-wall	HITACHI	RPK2,0FSN	---	2 HP
9	01	Hi-wall	HITACHI	RPK3,0FSN	---	3 HP

3.12. Fórum Trabalhista de Santana de Parnaíba:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo	Capacidade
1	2	Piso-teto	Carrier	42ZQA36S5	36000
2	2	Piso-teto	Carrier	42ZQA24S5	24000
3	4	Hi-wall	Elgin	45HVF112B2IB	12000
4	2	Piso-teto	Elgin	45HVF112B2IB	12000
5	9	Piso-teto	Fujitsu	ABBF18LAT	18000
6	3	Piso-teto	Trane	-	24000

3.13. Fórum Trabalhista de Santo André:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo Evaporadora VRF	Modelo Condensadora VRF	Capacidade
1	01	Condensadora	HITACHI	---	RAS08HVRNM2	8 HP
2	02	Condensadora	HITACHI	---	RAS06HVRNM2	6 HP
3	01	Condensadora	HITACHI	---	RAS04HVNC1	4 HP
4	03	Cassete	HITACHI	RPC2,0FSN	---	2 HP
5	03	Cassete	HITACHI	RPC3,0FSN	---	3 HP
6	01	Cassete	HITACHI	RPC4,0FSN	---	4 HP

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo Evaporadora	Modelo Condensadora	Capacidade
1	08	Split piso-teto	CARRIER	42XQV36C5	38CCA036515MC	36.000 BTU
2	20	Split piso-teto	CARRIER	---	38CKC036C	36.000 BTU
3	04	Split piso-teto	TRANE	MCX524E10RQA	TTK524E5LA0	24.000 BTU
4	06	Split piso-teto	TRANE	MCX512E10RQA	TTK512E5LA0	12.000 BTU
5	01	Tri-split hi-wall	MIDEA	42MBMA09M5 42MBMA09M5 42MBMA09M5	38MBPA32M5	9000 BTU 9000 BTU 9000 BTU

3.14. Fórum Trabalhista de São Bernardo do Campo:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo Evaporadora	Modelo Condensadora	Capacidade
1	06	Split hi-wall	CARRIER	42MCB009515LS	38MCA009515MS	9.000 BTU
2	06	Split hi-wall	CARRIER	42MCB012515LS	38MCA012515MS	12.000 BTU
3	04	Split hi-wall	CARRIER	42MCB018515LS	38MCA018515MS	18.000 BTU
4	20	Split piso-teto	CARRIER	42XQB024515LC	38XCA024515MC	24.000 BTU
5	30	Split piso-teto	CARRIER	42XQB036515LC	38XCA036515MC	36.000 BTU
6	01	Split hi-wall	CARRIER	42MBCB12M5	38 MBCB12M5	12.000 BTU
7	01	Split hi-wall	CARRIER	42MBCA18M5	38 MBCA18M5	18.000 BTU
8	01	Split hi-wall	CARRIER	42MBCA24M5	38 MBCA24M5	24.000 BTU

3.15. Fórum Trabalhista de São Caetano do Sul:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo	Capacidade
01	01	CHILLER	CARRIER	30RAB0656U	65 TR
02	13	Fan. Cassete	CARRIER	40HK20	20.000 BTU
03	13	Fan. Cassete	CARRIER	40HK25	25.000 BTU
04	03	Fan. Cassete	CARRIER	40HK32	32.000 BTU
05	04	Split hi-wall	CARRIER	42LUCC18CS/38KCH18CS	18.000 BTU
06	02	Bomba água gelada	KSB	Meganorm 40-160	-

3.16. Fórum Trabalhista de São Vicente:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo	Capacidade
1	04	Split hi-wall	MIDEA	42MB2B12M5	12.000 BTU
2	02	Split piso/teto	MIDEA	42MB2B18M5	18.000 BTU
3	10	Split piso/teto	MIDEA	42MBCA24M5	24.000 BTU
5	01	Split piso/teto	MODERNITA	42ZQA36D5	36.000 BTU
6	04	Split piso/teto	CARRIER	38CCV036515MC	36.000 BTU
7	01	Split piso/teto	MIDEA	38XCD036515MS	36.000 BTU
8	01	Split piso/teto	FUJITSU	ABBA36LCT	36.000 BTU

3.17. Fórum Trabalhista de Taboão da Serra:

Item	Qtde.	Tipo	Marca	Modelo Evaporadora	Modelo Condensadora	Capacidade
1	01	Chiller	HITACHI	RCU15IASA7P		15TR
2	03	Chiller	HITACHI	RCU15FASA7P		15 TR
3	01	Split piso/teto	HITACHI	TCSCD48		4 TR
4	12	Split piso/teto	HITACHI	TCCD36		3 TR
5	05	Split piso/teto	HITACHI	TCCD24		2TR



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

6	03	Split piso/teto	HITACHI	TCCD18	1,50 TR
7	03	Split hi-wall	MIDEA	42MDCA18MS	18.000 BTU
8	02	Bomba água gelada	KSB	Meganorm 40-160	3 CV

3.18. Consideram-se itens inclusos a manutenção dos ventiladores, exaustores (inclusive exaustores de banheiro) e cortinas de ar, que devem ser mantidos em condições de funcionamento adequados, inclusive com limpeza periódica e lubrificação de componentes.

3.19. O licitante interessado em obter mais detalhes técnicos, acerca dos equipamentos listados acima, poderá realizar a vistoria prevista no item 10 do edital.

3.20. Importante observar o item 3.1 do Anexo I, onde especificam-se as datas iniciais de execução dos serviços a depender da localidade.

4. DOS SERVIÇOS

4.1. Disposições Gerais:

4.1.1. A CONTRATADA deverá prestar todo e qualquer serviço técnico de manutenção corretiva, preventiva, conservação e assistência técnica dos sistemas de ar-condicionado, de ventilação e de exaustão, inclusive a execução dos serviços de caráter imprevisível ou urgente inerentes ao objeto contratado, sem prejuízo dos serviços de rotina.

4.1.2. Considera-se incluído no escopo dos serviços, como parte integrante do sistema, desde o quadro de alimentação do ar-condicionado, até a via de saída do ar refrigerado, podendo ser elas dampers, dutos, evaporadoras, fancoletes, etc., inclusive todo sistema de drenagem mesmo que esteja embutido na alvenaria do prédio.

4.1.2.1. Incluem-se, entre outros, os seguintes componentes:

- a. quadros elétricos de alimentação e comando com todos seus componentes;
- b. cabos, conexões e dispositivos elétricos associados ao sistema;
- c. evaporadoras, condensadoras, fancoletes e chillers;
- d. dutos de insuflação e retorno de ar;
- e. dampers, registros e venezianas;
- f. difusores, grelhas e demais dispositivos de distribuição de ar;
- g. tubulações frigorígenas e respectivos isolamentos;
- h. sistemas de drenagem de condensado;
- i. demais componentes integrantes ou acessórios necessários ao pleno funcionamento dos sistemas.
- j. bombas de água, caixa de água de reposição e demais componentes da linha do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

sistemas de água gelada

4.1.2.2. A manutenção, verificação, ajuste, limpeza, reparo e substituição desses componentes, quando aplicável, integram o escopo da contratação, observadas as disposições específicas relativas ao fornecimento de peças previstas neste edital.

4.1.3. A CONTRATADA deverá assumir os equipamentos no estado em que se encontram, ficando de sua responsabilidade colocar em funcionamento os equipamentos que se encontram parados, sendo, portanto, de fundamental importância a realização da vistoria prevista no item 10 deste edital antes da contratação.

4.1.4. A contratação abrange a prestação continuada dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado e dos sistemas de ventilação e exaustão, incluindo o fornecimento integral de todas as peças, componentes, materiais, insumos e mão de obra necessários à execução dos serviços, com exceção das peças e componentes de reposição listados no Anexo XI – Lista de Peças Específicas, cujo fornecimento observará as disposições a seguir.

4.1.4.1. As peças e componentes relacionados no Anexo XI, em razão de sua complexidade técnica e elevado valor unitário, serão adquiridos pela CONTRATADA, mediante autorização da fiscalização, e reembolsados pelo CONTRATANTE, após o recebimento definitivo e apresentação dos documentos comprobatórios da aquisição e da instalação.

4.1.4.2. O reembolso das peças do Anexo XI ocorrerá com base nos valores previamente apresentados pela CONTRATADA por ocasião da licitação.

4.1.5. Excepcionalmente, e quando comprovada a necessidade técnica de substituição de peça ou componente não previsto no Anexo XI, cujo valor unitário seja elevado ou cuja reposição não possa ser postergada sem risco de paralisação do sistema, o CONTRATANTE fará a aquisição da peça e a mesma deverá ser instalada pela CONTRATADA, sem ônus adicional de mão de obra para o CONTRATANTE.

4.1.6. Todas as demais peças, materiais e insumos não abrangidos pelas hipóteses acima permanecem sob responsabilidade integral da CONTRATADA, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

4.1.7. Consideram-se incluídos nos serviços de manutenção:

4.1.7.1. Substituição de evaporadora ou de condensadora, com aproveitamento da infraestrutura existente, conforme avaliação técnica da fiscalização do CONTRATANTE e desde que previamente autorizadas;

4.1.7.2. Desinstalação e reinstalação dos equipamentos necessárias para execução de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

serviços de terceiros;

4.1.7.3. Realocação de aparelho existente, sendo responsabilidade deste CONTRATANTE, o fornecimento do material necessário para execução do serviço.

4.1.7.4. Desentupimento e refazimento do sistema de dreno, quando necessário.

4.1.8. Para os equipamentos que possam vir a ser acrescentados no sistema, será realizado aditivo contratual proporcional ao valor pago mensalmente.

4.1.9. Para execução de qualquer serviço, a CONTRATADA deverá solicitar ao CONTRATANTE autorização, exclusivamente através do e-mail enginframec@trt2.jus.br, conforme segue:

4.1.9.1. Deverá constar no pedido de autorização: local, data, horário, nome completo do(s) profissional(ais) com número de RG, informações do veículo e a descrição do serviço que será executado.

4.1.9.2. Para as solicitações de entrada de manutenção corretiva em CPD (Centro de Processamento de Dados), deverá constar essa informação, pois o acompanhamento da Segurança é diferenciado.

4.1.9.3. Observar antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas) úteis, contadas da data e horário pretendidos para entrada no prédio, para os serviços de manutenção preventiva e serviços programados.

4.1.9.4. As solicitações de entrada das manutenções corretivas, devem ser enviadas com antecedência suficiente para cumprir os prazos informados nos itens 4.3.4 e 4.3.5 deste anexo.

4.1.9.5. A CONTRATADA deverá informar, na reunião inicial, para recebimento dos chamados de manutenção: nome do responsável, e-mail e número de telefone móvel.

4.1.9.6. Na execução das rotinas dos serviços de manutenção, a CONTRATADA deve:

a. Observar as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes nas normas técnicas indicadas, para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento dos equipamentos;

b. Manter os ambientes climatizados dentro dos padrões normalizados de temperatura, conforme definido pela ANVISA na Resolução nº 9, devendo realizar medições nos ambientes, pelo menos uma vez ao mês, durante as manutenções preventivas, ou quando houver determinação do CONTRATANTE;

c. Observar as prescrições da Portaria nº 3.523 GM/MS/98, em especial as disposições dos artigos 5º e 6º, procedendo conforme determinações a seguir:

c.1. Manter limpos os componentes dos equipamentos (bandejas, serpentinas, desumidificadores, ventiladores, venezianas, grelhas e difusores)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

de forma a evitar a difusão ou multiplicação de agentes nocivos à saúde e manter a boa qualidade do ar interno;

c.2. Na limpeza dos equipamentos, utilizar produtos biodegradáveis, devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim;

c.3. As partículas sólidas, retiradas dos equipamentos de ar condicionado e de renovação do ar, durante a limpeza, devem ser acondicionadas em recipientes adequados, e descartadas observando as regras de descarte ecológico.

c.4. Preservar a captação de ar externo livre de possíveis fontes poluentes externas que apresentem riscos à saúde humana;

c.5. Garantir a adequada renovação do ar no interior dos ambientes climatizados;

c.6. Manter um responsável técnico habilitado para implantar e garantir a execução do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, conforme item 5 deste memorial descritivo, bem como: a) registrar e divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle em relatórios mensais e b) manter disponível o registro dos procedimentos estabelecidos no PMOC.

4.1.10. A CONTRATADA deverá reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução, conforme disposto nos itens 4.6 e 4.7 do Anexo I.

4.1.11. Em até 05 (cinco) dias úteis após a reunião inicial do contrato, a CONTRATADA fica obrigada a efetuar vistoria técnica em todos os Fóruns desta contratação, com o objetivo de elaborar e entregar os seguintes documentos:

a. Planilha de Identificação dos Equipamentos (TAG), contendo identificação da evaporadora e da condensadora, descrição (marca, modelo e capacidade), localização (ambiente) do equipamento, tipo do equipamento (split cassete, split hi-wall, split piso-teto etc.), bem como indicação do respectivo disjuntor, conforme item 4.4.6 deste anexo;

b. Relatório Técnico Inicial, contendo a situação operacional de todos os equipamentos, com a descrição dos problemas identificados, das ações corretivas a serem executadas, com seus respectivos prazos, e das peças que necessitem substituição, quando aplicável.

4.1.11.2. A Planilha de Identificação dos Equipamentos (TAG) (item a) e o Relatório



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Técnico Inicial (item b) deverão ser encaminhados por e-mail à Seção de Infraestrutura Mecânica (enginframec@trt2.jus.br) em até 10 (dez) dias após a realização da reunião inicial.

4.1.11.3. A Planilha de Identificação dos Equipamentos (TAG) deverá estar em conformidade com o modelo abaixo e observar o que se segue:

Evaporadora	Condensadora	Localização	Andar	Marca	Capacidade (BTU)	Modelo Evap.	Modelo Cond.	Série Evap.	Série Cond.	Tipo	Quadro	Circuito

a. Os equipamentos deverão ser identificados por meio de etiquetas, no prazo de até 10 (dez) dias após a realização da reunião inicial, seguindo modelo e definições repassadas pela Seção de Infraestrutura Mecânica.

b. Deverão ser etiquetadas: 1) evaporadora, com numeração legível para o usuário realizar abertura dos chamados de manutenção corretiva e 2) condensadora e disjuntor com o mesmo número da evaporadora, para facilitar as manutenções e vistorias.

4.1.11.4. A numeração dos equipamentos deverá ser mantida inalterada, a fim de garantir a rastreabilidade e o histórico completo das manutenções preventivas e corretivas realizadas nos sistemas de climatização.

a. Caso haja necessidade de alteração na numeração dos equipamentos, a CONTRATADA deverá solicitar autorização prévia à Seção de Infraestrutura Mecânica, apresentando as devidas justificativas técnicas e o registro atualizado das modificações aprovadas.

4.1.11.5. Para fins de padronização, os equipamentos deverão ser identificados da seguinte maneira:

a. Evaporadoras: "EV-01, EV-02, EV-03...";

b. Condensadoras: "CD-01, CD-02, CD-03...".

4.1.11.6. As ações corretivas a serem executadas, bem como as substituições de peças necessárias identificadas no Relatório Técnico Inicial, excetuadas as peças constantes do Anexo XI - Lista de Peças Específicas, bem como a substituição de peças fornecidas pelo CONTRATANTE, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional ao CONTRATANTE, conforme previsto no item 4.1.4 deste Memorial Descritivo.

a. O item anterior inclui a instalação de quaisquer peças, equipamentos, componentes e materiais fornecidos pela Administração, independentemente da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

origem de sua aquisição ou do processo administrativo a que estejam vinculados.

4.1.12. A CONTRATADA deverá registrar e manter atualizado o controle de todas as intervenções realizadas nos sistemas de ar-condicionado objeto deste contrato, incluindo, obrigatoriamente, as peças substituídas e as recargas de fluido refrigerante efetuadas em quaisquer equipamentos.

4.1.12.1. A CONTRATADA deverá encaminhar em meio digital, em formato editável, mensalmente, à fiscalização do CONTRATANTE, além do PMOC, relatório consolidado contendo todas as recargas de fluido refrigerante, substituição de peças e intervenções realizadas nos sistemas de ar-condicionado de cada prédio do contrato, conforme modelo ou formato definido pela fiscalização.

4.1.13. O CONTRATANTE poderá fornecer acesso à CONTRATADA a software de manutenção, neste caso todas as OSs serão abertas e fechadas por meio do aplicativo, assim como todo o registro de manutenções realizadas, PMOCs, peças, etc.

4.1.14. A CONTRATADA cuidará para que todas as áreas, em que sejam realizados os serviços de manutenção, permaneçam sempre limpas e arrumadas. A remoção de todo entulho, incluindo peças e componentes substituídos, será de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá obedecer às normas de descarte ecológico vigente, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

4.1.15. No caso em que a CONTRATADA venha, como resultado das suas operações, a prejudicar áreas não incluídas no setor de seu trabalho, deverá recuperá-las, deixando-as conforme seu estado original.

4.1.16. Quando houver necessidade de movimentar ou modificar equipamentos e elementos existentes, a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente autorização ao CONTRATANTE.

4.1.17. Quando houver necessidade de retirar equipamento ou peça do prédio para conserto, também deverá ser solicitada autorização prévia ao CONTRATANTE.

4.1.18. Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos serviços sem autorização expressa do CONTRATANTE.

4.1.19. Todos os serviços pendentes, tanto os relativos às manutenções preventivas quanto aos chamados de manutenção corretiva abertos pela Seção de Infraestrutura Mecânica durante o período de vigência contratual, deverão ser integralmente executados e validados pela fiscalização técnica antes do encerramento do contrato.

4.1.19.1. O descumprimento dessa obrigação poderá ensejar a retenção do último pagamento, até a completa regularização dos serviços, sem prejuízo da aplicação das



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

penalidades cabíveis previstas na legislação e no instrumento contratual.

4.1.20. A inobservância das presentes especificações técnicas implicará a aceitação parcial ou recusa total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer a parcela ou objeto integral recusado sem direito à indenização.

4.2. Da Manutenção Preventiva

4.2.1. Os serviços de manutenção preventiva, que buscam prevenir a ocorrência de quebras e defeitos nas instalações de ar condicionado, mantendo-as em perfeito estado de uso (de acordo com projetos, manuais, normas técnicas), consistem na execução de procedimentos rotineiros, estabelecidos no Plano de Manutenção, Operação e Controle, conforme Anexo IX;

4.2.2. Deverá ser feita inspeção inicial de todos os equipamentos, promovendo adequação e regulagem destes, em conformidade com as condições estipuladas pelo fabricante.

4.2.3. Os procedimentos de manutenção preventiva semestral serão realizados nos meses de junho e no período de recesso forense (20 de dezembro a 6 de janeiro).

4.2.4. Os procedimentos de manutenção preventiva anual serão realizados no período de recesso forense (20 de dezembro a 6 de janeiro).

4.2.5. A CONTRATADA deverá emitir, mensalmente, relatórios relativos à rotina de manutenção (PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle), conforme item 5 deste Memorial Descritivo, legislação vigente e Anexo IX.

4.2.6. Sempre que solicitado pela Administração, a CONTRATADA deverá encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas, relatório resumido da situação do sistema de ar condicionado e/ou de renovação de ar, com diagnóstico relativo a todos os equipamentos que necessitem de conserto, identificando as peças e/ou componentes a serem trocados, bem como a programação para realização dos serviços.

4.2.7. Nas manutenções preventivas também deverão ser realizadas as seguintes atividades:

4.2.7.1. Medições de tensão, de corrente elétrica e de rotações dos motores, com instrumentos apropriados, tais como: multímetro, medidores de rotação (tacômetro), manômetro, termômetro, megômetro, capacímetro, detectores de vazamento de gás, devendo esses dados serem informados no relatório do item, para que se possa estabelecer um comparativo com os parâmetros nominais de funcionamento da máquina, bem como manter um histórico das rotinas de inspeções realizadas nos equipamentos;

4.2.7.2. Medições de pressão do gás de refrigeração, devendo esses dados serem informados no relatório do item 4.2.5 deste anexo, para constatação da regularidade de funcionamento da máquina;

4.2.7.3. Recuperação dos equipamentos e instalações, naquilo em que se encontrar fora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

da normalidade, como retirada de vazamento da tubulação frigorígena, colocação de fluido refrigerante, colocação de óleo lubrificante, quando for o caso, entre outros serviços que se fizerem necessários para o bom desempenho dos equipamentos;

4.2.7.4. Preservação da caixa d'água de reposição, nos fóruns com sistema de refrigeração a água gelada;

4.2.7.5. Medições de temperatura, de entrada e saída do ar refrigerado do evaporador, bem como de entrada e saída de ar quente do condensador, por meio de termômetro adequado, devendo esses dados serem informados no relatório do item 4.2.5 deste anexo;

4.2.7.6. Limpeza das serpentinas do evaporador e do condensador, através do jateamento de água, incluindo a retirada de incrustações com produto de limpeza adequado, bem como desobstrução de drenos e sistemas de escoamento de condensados;

4.2.7.7. Em relação ao sistema de drenagem dos equipamentos, quando a limpeza e desobstrução não forem suficientes, será responsabilidade da CONTRATADA o refazimento deste.

4.2.7.8. Inspeção dos bornes elétricos de alimentação dos equipamentos, bem como de suas placas eletrônicas, verificação dos contadores, fiação e conexões, substituindo quando estiverem com funcionamento irregular;

4.2.7.9. Reparo das irregularidades ou substituição das proteções, suspensões e fixações dos aparelhos, tais com: suportes, chumbadores, bases, abraçadeiras, mãos francesas, grades de proteção, constatadas nas inspeções mensais.

4.2.7.10. Ademais, anualmente, devem ser reparados todos os pontos de ferrugem das partes metálicas dos equipamentos e de seus suportes, com tratamento anticorrosão e posterior aplicação de pintura para acabamento e proteção.

4.2.7.11. Substituição dos filtros dos equipamentos, quando detectada deterioração destes nas vistorias mensais, observando o período máximo de 6 (seis) meses, conforme a resolução nº 9 da ANVISA, sem ônus para o CONTRATANTE;

4.2.7.12. Os itens citados acima não excluem os demais indicados no anexo IX - PMOC;

4.2.8. A manutenção preventiva é obrigatória em todos os aparelhos relacionados neste Memorial Descritivo, bem como nos que vierem a ser instalados nos referidos sistemas, regularmente aditivados.

4.2.9. Durante a execução dos serviços de manutenção preventiva, os técnicos da CONTRATADA serão acompanhados por servidor ou terceirizado designado pelo CONTRATANTE, a critério deste.

4.2.9.1. Para que seja possível o acompanhamento conforme o item anterior, a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

CONTRATADA deverá agendar a manutenção preventiva com antecedência o suficiente para que seja verificada a disponibilidade do servidor designado.

4.2.9.2. Para efetuar o agendamento, a CONTRATADA deverá enviar e-mail para a Seção de Infraestrutura Mecânica (enginframec@trt2.jus.br), contendo o local, a data e o horário previstos para a manutenção preventiva, bem como os dados dos técnicos que irão realizar os serviços (RG, CPF e nome completo).

4.2.9.3. O agendamento só será confirmado após o envio de todos os dados informados no item acima e da verificação da disponibilidade do servidor designado.

4.2.9.4. O agendamento deverá ser realizado até a última semana do mês que antecede o mês de realização da manutenção preventiva, considerando sempre a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro horas).

4.2.9.5. No caso de indisponibilidade da data solicitada, a CONTRATADA deverá enviar datas alternativas para que seja possível o agendamento.

4.2.9.6. A não realização da manutenção preventiva devido à falta de agendamento prévio não exime a CONTRATADA das penalidades contratualmente previstas.

4.2.9.7. As manutenções preventivas deverão ser iniciadas às 7h00, de modo que os serviços nos equipamentos localizados nas Salas de Audiências sejam executados antes do início das sessões.

a. Excepcionalmente, poderá ser adotado outro horário, desde que acordado previamente com a fiscalização técnica e não haja prejuízo às atividades realizadas nos ambientes.

4.2.9.8. A tolerância máxima de atraso para a chegada dos técnicos será de 30 (trinta) minutos em relação ao horário previamente agendado para a execução da manutenção preventiva.

a. Ultrapassado esse limite, o atraso será registrado e resultará em retenção proporcional no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

b. Caso, por motivo justificado ou imprevisto, não seja possível o comparecimento dos técnicos no horário agendado, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à Seção de Infraestrutura Mecânica, a fim de verificar a possibilidade de reagendamento sem prejuízo às atividades do Fórum.

4.2.10. Qualquer irregularidade encontrada durante a execução da manutenção preventiva e que não possa ser solucionada de imediato deverá ser informada ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas da finalização do atendimento, através de envio de ordem de serviço para



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

o e-mail enginframec@trt2.jus.br, para que seja aberto o chamado de manutenção corretiva correspondente.

4.2.10.1. O atendimento referente às irregularidades verificadas deverão seguir os mesmos prazos e procedimentos previstos para o atendimento dos chamados de manutenção corretiva, conforme itens 4.3.4 e 4.3.5 deste Memorial Descritivo, inclusive os prazos para a entrega das ordens de serviço (itens 4.3.7).

4.3. Da Manutenção Corretiva

4.3.1. Os serviços de manutenção corretiva se referem aos serviços necessários e suficientes para a imediata correção de defeitos e anormalidades nos sistemas de ar-condicionado, de ventilação e exaustão, a fim de que seja restabelecido seu funcionamento normal.

4.3.2. Os serviços consistem no atendimento às solicitações do CONTRATANTE, quantas vezes forem necessárias, sem qualquer ônus adicional, sempre que houver paralisação do equipamento, funcionamento inadequado ou quando for detectada alguma anomalia.

4.3.3. Os chamados de manutenção corretiva poderão ser abertos pelo CONTRATANTE via telefone, e-mail institucional ou por meio de sistema informatizado de gestão de manutenção, quando este estiver implantado. Após a abertura do chamado, a CONTRATADA deverá providenciar o pedido de autorização de entrada no prédio, conforme item 4.2.9 deste anexo.

4.3.4. Os chamados de manutenção corretiva que forem encaminhados até as 12h00 deverão ser atendidos, no mesmo dia, até as 18h00. Os chamados encaminhados após esse horário deverão ser atendidos entre as 8h00 e as 11h00 do dia útil seguinte.

4.3.5. Para equipamentos instalados em Centros de Processamento de Dados (CPD) ou ambientes considerados críticos, o atendimento deverá ocorrer no prazo máximo de 4 (quatro) horas, independentemente do dia e horário, devendo o técnico permanecer no local até que o sistema volte a operar em condições seguras ou até orientação em contrário da fiscalização.

4.3.6. Em todos os atendimentos corretivos, a CONTRATADA deverá realizar diagnóstico técnico do problema e executar a ação corretiva correspondente, registrando as causas prováveis, os serviços realizados e as peças substituídas.

4.3.7. Após a realização dos atendimentos de manutenção corretiva, deverá ser enviada ordem de serviço/relatório em até 24 (vinte e quatro) horas, em continuidade ao e-mail referente ao chamado (item 4.3.3 deste anexo), para enginframec@trt2.jus.br, conforme modelo abaixo:

RETORNO DE ATENDIMENTO AOS CHAMADOS	
1. Data atendimento	
2. Hora de início	
3. Hora de término	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

RETORNO DE ATENDIMENTO AOS CHAMADOS	
4. Empresa	
5. Prédio	
6. Local	(Ex.: 1ª VT - Secretaria)
7. Equipamento	(Ex.: EV-01)
8. Problema diagnosticado	
9. Ação Corretiva Implementada	
10. Equipamento voltou a funcionar normalmente?	() sim () não
11. Ação Corretiva precisa ser monitorada?	() sim () não
12. Ação Corretiva a implementar (se for o caso) OBS.: colocar observação caso seja necessária aquisição de peças que não sejam de entrega imediata	
13. Previsão execução ação a implementar (se for o caso) OBS.: considerar o prazo para aquisição de peça(s)	
14. Nome e assinatura do técnico responsável	
15. Nome e assinatura servidor ou funcionário do fórum	
Observação Complementar	

4.3.7.1. A CONTRATADA poderá adotar modelo próprio de ordem de serviço/relatório, desde que o documento contenha, no mínimo, as informações acima e que sua utilização seja previamente autorizada pela Seção de Infraestrutura Mecânica.

4.3.7.2. Quando o reparo exigir mais de uma etapa de execução, a CONTRATADA deverá enviar uma ordem de serviço/relatório para cada atendimento realizado, observando o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a execução de cada etapa do serviço.

4.3.8. Quando o conserto não puder ser concluído imediatamente em razão da necessidade de peças ou materiais não disponíveis, o prazo máximo para conclusão será de 48 (quarenta e oito) horas contadas do atendimento inicial.

4.3.9. Mesmo que o conserto não possa ser realizado de imediato, a ordem de serviço/relatório deverá ser encaminhada em até 24 (vinte e quatro) horas após o atendimento inicial, conforme disposto no item 4.3.7, contendo a indicação da peça ou material a ser substituído dentro do prazo do item acima.

4.3.10. Caso se trate de manutenção corretiva mais complexa e/ou com necessidade de peças sem entrega imediata, que não possa ser realizada no prazo determinado no item 4.3.8, deverá ser encaminhado relatório em até 24 (vinte e quatro) horas do atendimento inicial, com justificativa, solicitando a dilação do prazo para deliberação da fiscalização técnica e gestor do contrato.

4.3.11. Quando o reparo exigir mais de uma etapa de execução, deverá ser emitida uma OS para cada fase concluída, observando-se os mesmos prazos e requisitos de documentação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

previstos no item 4.3.7 deste anexo.

4.3.12. Quando o conserto dos equipamentos de CPD, que não possuírem sistema de backup, não puderem ser realizados no atendimento inicial, o CONTRATANTE deverá ser comunicado em até 3 (três) horas do final do atendimento por e-mail, a fim de que sejam tomadas as providências para amenizar os impactos da ausência da climatização no sistema de processamento de dados.

4.3.13. Em manutenções corretivas classificadas pelo CONTRATANTE como graves, críticas ou de alta complexidade, a CONTRATADA deverá realizar registros fotográficos datados do equipamento antes e após a intervenção, anexando as imagens à respectiva OS. As fotos deverão conter data, identificação do local e número do chamado, sendo enviadas em formato digital, por e-mail ou via sistema de gestão, conforme o meio utilizado.

4.3.14. Quando o serviço exigir a substituição de peças previstas no Anexo XI, classificadas como itens reembolsáveis, sua execução somente ocorrerá após autorização expressa da área gestora do contrato, devendo a CONTRATADA apresentar indicação da peça, quantidade e tempo estimado de reposição.

4.3.15. Para fins de verificação do prazo de atendimento dos chamados e consequente cálculo de eventual glosa no IMR, caso não seja possível identificar a data exata da execução do serviço, em razão da ausência de envio da ordem de serviço/relatório ou por qualquer outro motivo, será considerada, para efeito de encerramento do chamado, a data de validação do atendimento pela Administração Predial.

4.3.16. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, determinar que todos os procedimentos relativos à abertura, execução e encerramento das OS, bem como o envio de relatórios, registros fotográficos e controle de materiais, sejam realizados exclusivamente por meio de sistema informatizado de gestão de manutenção disponibilizado por ela.

4.3.16.1. Enquanto o sistema não estiver implantado, todos os registros e comunicações formais deverão ser mantidos por e-mail institucional e planilhas padronizadas, devidamente atualizadas e disponíveis para auditoria.

4.4. Das Peças, Equipamentos e Utensílios

4.4.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar todas as ferramentas, equipamentos e materiais necessários à execução dos serviços, incluído o transporte destes até o local.

4.4.1.1. Consideram-se inclusos: aparelhos mecânicos ou eletrônicos de calibração, regulagem ou ajuste e também equipamentos específicos para acessar as condensadoras, tais como andaimes, balancim, não recaindo sobre o CONTRATANTE nenhuma responsabilidade quanto ao desgaste ou dano parcial ou total destes.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

4.4.2. A CONTRATADA deverá empregar, na execução dos serviços, equipamentos, ferramentas e utensílios em bom estado de conservação, próprios para o uso, inofensivos à saúde e, cuja aplicação, não cause danos ao patrimônio do CONTRATANTE.

4.4.3. Sob nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá alegar falta de ferramentas, equipamentos ou materiais para a realização dos serviços, ressalvada a concessão de dilação de prazo prevista no item 4.3.9 deste anexo.

4.4.4. Todas as peças, componentes, materiais, filtros, fluido refrigerante, óleos, fornecidos pela CONTRATADA, devem ser novos e genuínos, não sendo aceitas peças e/ou componentes usados ou reconicionados, ressalvados os casos de peças ou componentes de equipamentos de fabricação descontinuada, que já não possuam peças e componentes disponíveis para comercialização. Nesses casos, antes da substituição, deverá ser enviado e-mail para enginframec@trt2.jus.br para autorização.

4.4.5. Todas as peças e materiais empregados nas manutenções, deverão estar rigorosamente em conformidade com as Normas da ABNT e INMETRO. Qualquer peça e/ou material utilizado(s) que não esteja de acordo com as referidas normas, deverão ser substituídos, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, conforme disposto nos itens 4.5 e 4.6 do Anexo I.

4.4.6. Nos casos em que segundo a avaliação da CONTRATADA determinado equipamento encontra-se inservível e que, por isso, não é passível de manutenção corretiva ou preventiva, devendo ser substituído, será obrigatória a apresentação de Relatório Técnico, que deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a. Identificação completa do equipamento, com a descrição do local, tipo, marca, modelo, capacidade e número de identificação (TAG);
- b. Relato detalhado da falha ou anomalia apresentada, indicando o(s) sintoma(s) constatado(s) e os possíveis fatores causadores;
- c. Histórico das intervenções realizadas no equipamento, preventivas e corretivas, com datas, descrição dos serviços executados e responsáveis técnicos;
- d. Diagnóstico conclusivo da condição de inservibilidade, assinado por engenheiro responsável pela CONTRATADA, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT);
- e. Justificativa técnico-econômica que demonstre a inviabilidade de recuperação ou manutenção do equipamento, com base em critérios de obsolescência, segurança, custo de reparo ou descontinuidade de peças;
- f. Registro fotográfico atual e representativo do estado do equipamento, inclusive dos componentes que motivam a recomendação de descarte;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

g. Indicação, quando for o caso, da peça ou componente que inviabiliza o funcionamento do equipamento, com comprovação da descontinuação de fabricação, mediante documentos oficiais do fabricante, revendedores autorizados ou assistência técnica credenciada.

4.4.6.2. A substituição do equipamento classificado como inservível somente poderá ocorrer mediante autorização expressa da Fiscalização Técnica do CONTRATANTE, após análise do relatório apresentado.

4.4.6.3. Se confirmada a necessidade de substituição do equipamento após a análise do Relatório Técnico, a mão de obra e insumos necessários para a instalação do novo equipamento são por conta da CONTRATADA, não gerando custos adicionais para o CONTRATANTE.

4.4.7. A retirada de qualquer equipamento, peça ou componente pertencente ao sistema de climatização, para fins de reparo ou diagnóstico técnico em local externo às dependências do CONTRATANTE somente poderá ocorrer mediante autorização prévia e expressa deste.

4.4.7.1. A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE sobre a necessidade da retirada através do e-mail enginframeco@trt2.jus.br.

4.4.7.2. A solicitação de retirada deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a. Identificação do equipamento, componente ou peça a ser retirada (tipo, marca, modelo, capacidade e número de identificação – TAG);
- b. Justificativa técnica da necessidade de retirada, acompanhada de diagnóstico preliminar e tentativa de solução in loco, quando aplicável;
- c. Previsão estimada para retorno ou substituição do equipamento;
- d. Compromisso formal de restituição, em condições de pleno funcionamento, no prazo autorizado pelo CONTRATANTE.

4.4.7.3. O transporte, acondicionamento e guarda do equipamento, componente ou peça retirados são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive quanto à sua integridade física, funcionamento e segurança, respondendo por qualquer dano, extravio ou descarte não autorizado.

4.4.7.4. O CONTRATANTE poderá acompanhar e fiscalizar todas as etapas do processo, inclusive mediante visita ao local indicado pela CONTRATADA, sempre que julgar necessário;

4.4.7.5. A CONTRATADA deverá providenciar, no ato da retirada, a emissão de Termo de Retirada e Responsabilidade, em modelo a ser fornecido pela Seção de Infraestrutura Mecânica, que será assinado por servidor da fiscalização contratual.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

a. O Termo de Retirada e Responsabilidade deverá ser emitido em 2 (duas) vias físicas, sendo uma delas entregue aos seguranças do Fórum no momento da retirada e a outra mantida sob a guarda da CONTRATADA.

b. Deverá ser encaminhada uma cópia do Termo de Retirada para enginframec@trt2.jus.br.

4.4.7.6. Em situações excepcionais, devidamente justificadas pela CONTRATADA, em que não seja possível a emissão do Termo de Retirada e Responsabilidade antes da retirada do equipamento, componente ou peça (como em atendimentos emergenciais ou fora do horário de expediente), será admitida a autorização provisória registrada por e-mail (enviada para enginframec@trt2.jus.br), devendo a documentação formal ser regularizada em até 24 (vinte e quatro) horas úteis após a retirada.

4.4.8. A não observância das disposições do item 4.4.7 deste anexo implicará a aplicação das penalidades previstas contratualmente, independentemente da obrigação de recomposição integral dos danos causados.

4.5. Serviços Diversos

4.5.1. Os ventiladores, exaustores de renovação de ar, exaustores de banheiro e cortinas de ar, devem ser mantidos em condições de funcionamento adequados, inclusive com limpeza periódica e lubrificação de componentes.

4.5.2. A CONTRATADA deverá realizar a análise da água de condensação e da água gelada, conforme o tipo do sistema instalado. A análise da qualidade da água deverá ser realizada trimestralmente (nos meses de janeiro, abril, julho e outubro), com a consequente emissão e entrega de laudo técnico, devidamente assinado por profissional habilitado.

4.5.2.1. Caso seja verificado que os parâmetros da análise estão fora dos especificados pelo fabricante, deverá ser realizado o tratamento da água.

a. Após uma semana da realização do tratamento da água, deverá ser executada nova análise para verificação da normalização dos parâmetros.

b. A análise realizada conforme o item acima não exclui a necessidade da análise trimestral, nos termos do item 4.5.2 acima.

4.5.2.2. As despesas relativas à análise e ao tratamento da água são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

4.5.3. A limpeza dos dutos de ar deverá ser feita por firma credenciada da ANVISA, anualmente no período de 20 de dezembro a 06 de janeiro, com entrega de laudo fotográfico.

4.5.4. Análise anual do óleo dos chillers da região, com a troca ou reposição, quando se fizer necessário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

4.5.5. Realização de análise de qualidade de ar interno, com a respectiva apresentação de relatório e certificado, a cada 6 (seis) meses, conforme Resolução nº 9 de 16 de janeiro de 2003 da Agência de Vigilância Sanitária.

4.5.5.1. A análise da qualidade do ar interior deverá ser realizada em dias úteis, no período compreendido entre 12h00 e 18h00, em pontos previamente determinados pela Seção de Infraestrutura Mecânica, de modo a garantir a coleta de amostras durante o período de maior ocupação dos ambientes.

4.5.5.2. As coletas serão realizadas em número de 85 (oitenta e cinco) pontos amostrais, distribuídos entre as unidades constantes do contrato, conforme tabela de referência a seguir, podendo ser ajustadas pela fiscalização técnica em função de alterações físicas, novas unidades, ampliações ou desativações de áreas climatizadas:

- a. Barueri: 07 coletas;
- b. Cajamar: 03 coletas;
- c. Carapicuíba: 03 coletas;
- d. Cotia: 03 coletas;
- e. Cubatão: 07 coletas;
- f. Diadema: 07 coletas;
- g. Embu das Artes: 03 coletas;
- h. Franco da Rocha: 03 coletas;
- i. Guarujá: 07 coletas;
- j. Praia Grande: 06 coletas;
- k. Ribeirão Pires: 03 coletas;
- l. Santana de Parnaíba: 03 coletas;
- m. Santo André: 07 coletas;
- n. São Bernardo do Campo: 07 coletas;
- o. São Caetano do Sul: 07 coletas;
- p. São Vicente: 06 coletas;
- q. Taboão da Serra: 03 coletas.

4.5.5.3. Cada coleta deverá contemplar, no mínimo, os seguintes parâmetros de medição:

- a. Contaminação microbiológica (fungos e bactérias);
- b. Concentração de dióxido de carbono (CO₂);
- c. Temperatura do ar ambiente;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

- d. Umidade relativa;
- e. Velocidade do ar;
- f. Concentração de aerodispersóides (material particulado)

4.5.5.4. A CONTRATADA deverá entregar uma cópia impressa do relatório técnico e do certificado de análise da qualidade do ar em cada prédio atendido, para arquivamento na seção designada pela Administração Predial do respectivo fórum.

4.5.5.5. Além da cópia impressa, deverá ser encaminhada versão digitalizada dos documentos para o endereço eletrônico enginframec@trt2.jus.br, até cinco dias úteis após a emissão dos laudos.

5. PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE – PMOC

5.1. O Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC) deverá seguir rigorosamente a Portaria nº 3.523 de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, contendo:

- 5.1.1. Identificação do local onde será prestada a manutenção;
- 5.1.2. Identificação do Tomador do Serviço;
- 5.1.3. Identificação do Responsável Técnico;
- 5.1.4. ART recolhida do serviço de manutenção;
- 5.1.5. Relação dos Ambientes Climatizados, com código dos aparelhos que fazem a climatização do ambiente;
- 5.1.6. Planta dos ambientes, contendo os aparelhos de ar condicionado, devidamente identificados conforme item 4.1.9.6 'a' deste anexo;
- 5.1.7. Plano de Manutenção Periódica Anual, contendo, no mínimo, todos os itens do Anexo IX. Poderá ter acréscimo de algum item, desde que de comum acordo entre as partes, com a periodicidade estipulada no anexo;
- 5.1.8. Relatório mensal das atividades realizadas, contendo os itens previstos no plano anual, com um campo de observações, em que deverá ser relatado: a) um resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período, incluindo faltas de energia, b) desempenho dos equipamentos e c) um resumo dos serviços corretivos executados, com indicação das tendências e as razões de sua existência;

5.2. Logo após a elaboração do modelo do PMOC pela CONTRATADA, e antes de ser enviado ao prédio objeto da manutenção, deverá ser apresentado à Seção de Infraestrutura Mecânica para aprovação.

5.3. Para implementação do PMOC, deverá ser realizada a identificação dos equipamentos, conforme item 4.1.9.6 'a' deste anexo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

5.4. O PMOC deverá ser assinado pelo engenheiro responsável e pelo servidor do local e elaborado em pasta tipo fichário para que seja acrescido, mensalmente, o relatório das manutenções realizadas, devendo permanecer no prédio na seção designada pela Administração Predial do respectivo fórum.

5.4.1. A CONTRATADA tem até a data da realização da manutenção preventiva do mês subsequente para anexar o original dos relatórios na pasta do PMOC.

5.4.2. Cópia digitalizada dos relatórios, parte integrante do PMOC, deverá ser enviada para enginframec@trt2.jus.br, até o 5º dia do mês subsequente à prestação dos serviços.

6. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES LOCAIS

6.1. O licitante deverá apresentar, como condição para sua habilitação no certame, Declaração de Conhecimento das Condições Locais e do Estado de Conservação, Operação e Funcionamento dos equipamentos e instalações existentes, assinada pelo responsável técnico devidamente habilitado, atestando que possui pleno conhecimento das condições físicas, técnicas e operacionais necessárias à perfeita execução do objeto contratual, podendo, para tanto, realizar vistoria prévia, conforme item 10 do edital.

6.2. Vinculação da proposta e assunção de responsabilidade

6.2.1. A apresentação da proposta implica na aceitação integral e irrestrita das condições locais existentes, presumindo-se que o licitante realizou todos os levantamentos necessários, independentemente da realização de vistoria técnica.

6.2.2. A não realização da vistoria constitui decisão exclusiva do licitante, que assumirá integral responsabilidade pelos riscos decorrentes, não sendo admitidas alegações posteriores de desconhecimento.

7. LAUDO DE CONDIÇÕES OPERACIONAIS DOS EQUIPAMENTOS

7.1. Com até 40 (quarenta) dias de antecedência do término da vigência contratual ou da entrega final dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar laudo técnico de condições operacionais de todos os equipamentos do sistema de ar condicionado, ventilação e exaustão abrangidos pelo contrato, que deverão ser entregues em pleno funcionamento ao final do prazo de vigência contratual, em condições normais de operação e desempenho, compatíveis com a manutenção adequada realizada ao longo da execução contratual.

7.2. O laudo deverá ser elaborado por firma idônea, com profissional legalmente habilitado, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), conforme o caso, e conter assinatura e identificação do responsável técnico, atestando a veracidade e a responsabilidade pelas informações apresentadas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

7.3. A vistoria para elaboração do laudo deverá ser executada em até 30 (trinta) dias antes da data limite de entrega do relatório, abrangendo inspeção visual, verificações funcionais e medições necessárias à caracterização do estado de conservação e funcionamento dos sistemas.

7.4. O laudo deverá conter, no mínimo:

- 7.4.1. Identificação dos equipamentos avaliados (modelo, número de série, capacidade e local de instalação);
- 7.4.2. Condições de operação e desempenho;
- 7.4.3. Indicação de falhas, anomalias ou não conformidades encontradas;
- 7.4.4. Recomendações técnicas para correção e manutenção preventiva;
- 7.4.5. Avaliação final de conformidade com os padrões de desempenho e eficiência;
- 7.4.6. Registro fotográfico ilustrando o estado dos principais componentes.

7.5. O relatório consolidado deverá ser entregue em formato digital (PDF), enviado para o e-mail enginframec@trt2.jus.br.

7.6. O não atendimento ao prazo previsto no item 7.3 acima, ou a apresentação de laudo em desconformidade com as especificações deste instrumento sujeitará a CONTRATADA às penalidades contratuais cabíveis, sem prejuízo das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

8. VISTORIA CONJUNTA AO FINAL DO CONTRATO

8.1. A critério do CONTRATANTE, após a entrega do Laudo de Condições Operacionais dos Equipamentos (item 7 deste anexo), poderá ser agendada vistoria conjunta com os representantes da CONTRATADA para verificação in loco das condições de funcionamento dos sistemas de ar condicionado, ventilação e exaustão.

8.2. Caso, na vistoria conjunta, sejam constatadas inconformidades, falhas ou pendências técnicas, a CONTRATADA deverá promover as correções necessárias no prazo fixado pela fiscalização, sem ônus adicional para o CONTRATANTE, sob pena de retenção do último pagamento em caso de não cumprimento, além das demais penalidades cabíveis, de modo a assegurar que todos os equipamentos sejam entregues em pleno funcionamento e em condições normais de operação ao término da vigência contratual.

8.3. Independentemente da realização da vistoria conjunta, deve ser observado o item 4.1.19 deste Memorial Descritivo, sendo a CONTRATADA obrigada a finalizar todos os serviços pendentes até o término da vigência contratual.

9. SITUAÇÃO ATUAL DOS SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

9.1. Os sistemas de ar-condicionado instalados nos prédios abrangidos pela presente contratação apresentam, em sua maioria, tempo significativo de uso, com equipamentos cuja data de instalação remonta a períodos distintos, conforme detalhamento constante na tabela abaixo:

Fórum	Ano instalação	Tipo sistema
Barueri	2016	Splitão/água gelada/split
Cajamar	2024	Split
Carapicuíba 1ªVT	2010	Split
Carapicuíba 2ªVT	2014	Split
Cotia	2011	Água gelada
Cubatão	2023	Split
Diadema	2015	Água gelada
Embu das Artes	2013	Split
Franco da Rocha	2014	Split
Guarujá	2023	Split
Praia Grande	2022	Split
Ribeirão Pires	2017	VRF
Santana de Parnaíba	2023	Split
Santo André	2011	Split
Santo André 1º andar	2017	VRF
São Bernardo	2012	Split
São Caetano do Sul	2013	Água gelada
São Vicente	2022	Split
Taboão Da Serra	2014	Água gelada

9.2. Verifica-se que parte relevante dos equipamentos encontra-se com vida útil técnica próxima ao seu limite estimado ou já ultrapassada, o que contribui para:

- I – aumento da frequência de falhas e ocorrências corretivas;
- II – maior desgaste de componentes eletromecânicos;
- III – elevação da necessidade de substituição de peças e insumos;
- IV – incremento no tempo médio de atendimento por ocorrência;
- V – maior suscetibilidade a paradas não programadas.

9.3. Além disso, o levantamento histórico de chamados de manutenção corretiva por prédio, conforme tabela abaixo, evidencia a recorrência de intervenções técnicas em determinadas edificações, refletindo o estágio de envelhecimento dos sistemas e a criticidade operacional dos equipamentos instalados:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Fórum	2025	2026 (até 25/02/26)
Barueri	20	21
Cajamar	1	0
Carapicuíba	9	0
Cotia	22	10
Cubatão	21	16
Diadema	25	9
Embu das Artes	4	1
Franco da Rocha	19	7
Guarujá	19	5
Praia Grande	23	2
Ribeirão Pires	4	0
Santana de Parnaíba	13	0
Santo André	29	2
São Bernardo	42	10
São Caetano	23	4
São Vicente	17	2
Taboão da Serra	13	1
TOTAL	304	90

9.4. Cumpre esclarecer que o sistema de ar-condicionado do Fórum Trabalhista de Barueri permaneceu parcialmente indisponível, em razão de intervenções de reparo, no período compreendido entre 09/09/2025 e 05/12/2025. Em decorrência dessa circunstância, a quantidade de chamados de manutenção corretiva registrados no exercício de 2025 pode não refletir integralmente a demanda real do sistema naquele ano, apresentando, portanto, possível subdimensionamento estatístico.

9.5. Ressalta-se que o cenário descrito impõe à CONTRATADA a necessidade de planejamento técnico-operacional compatível com o estado real dos sistemas existentes, considerando:

- 9.5.1. a diversidade de tecnologias empregadas (ex.: sistemas VRF, splitão, splits convencionais, chillers, centrais de água gelada, entre outros);
- 9.5.2. a obsolescência parcial de determinados componentes;
- 9.5.3. a eventual dificuldade de obtenção de peças de reposição;
- 9.5.4. a necessidade de intervenções corretivas de maior complexidade.

9.6. As informações consolidadas nas tabelas mencionadas integram o presente Memorial Descritivo com a finalidade de conferir transparência às condições reais de execução do objeto, permitindo a adequada formação de proposta e o correto dimensionamento dos recursos técnicos,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

humanos e logísticos necessários à prestação dos serviços.

10. PLANILHA DE CUSTOS

10.1. Com o objetivo de auxiliar as licitantes na elaboração de suas propostas, consta no Anexo XII o modelo sugerido, de caráter orientativo e não vinculante da Planilha de Custos, contendo os principais elementos de custo normalmente envolvidos na execução dos serviços.

10.2. A apresentação da planilha de formação de custos, quando solicitada pela Administração, deverá demonstrar a exequibilidade da proposta apresentada, podendo ser utilizada para subsidiar análises técnicas, eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro e fiscalização contratual.

10.3. A planilha apresentada estrutura a formação de preços do contrato de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado em dois grandes blocos: (A) Mão de Obra e Gestão e (B) Logística, Infraestrutura, Peças e Insumos, permitindo a visualização organizada dos principais componentes de custo necessários à execução contratual.

10.4. No Bloco A, estão contemplados os custos relacionados à equipe mínima operacional, incluindo salários nominais (mecânicos de refrigeração, auxiliares de manutenção, coordenador de logística e eletromecânico), encargos sociais e trabalhistas, provisões para ausências remuneradas (férias e 13º), provisões para rescisão, encargos incidentes sobre as provisões, benefícios diretos (vale-alimentação, vale-transporte, plano de saúde), responsabilidade técnica (engenheiro responsável) e emissão de ART. Consta ainda previsão específica de cobertura para ausências e substituições, o que demonstra preocupação com a manutenção da continuidade operacional e atendimento aos prazos contratuais.

10.5. No Bloco B, a planilha contempla os custos estruturais e operacionais indiretos, incluindo manutenção da base operacional, despesas com infraestrutura (IPTU e contas de consumo), custos de TI, almoxarifado e estoque mínimo de peças, além de despesas com veículos operacionais (seguro, documentação, manutenção), combustível e pedágios. Também estão previstos insumos e peças corretivas, reposição de fluidos refrigerantes e elementos filtrantes por prédio, compatíveis com contratos de manutenção continuada.

10.6. De forma geral, a planilha demonstra abordagem abrangente dos custos diretos e indiretos associados à execução contratual, contemplando tanto a estrutura de pessoal quanto a logística e os insumos necessários ao adequado funcionamento dos sistemas. Sua organização favorece a análise de exequibilidade, pois permite verificar se a proposta cobre integralmente os custos operacionais, administrativos e técnicos indispensáveis à prestação do serviço.

10.7. Ressalte-se, contudo, que, a depender da estrutura organizacional da empresa e das especificidades operacionais adotadas para a execução do contrato, poderão existir outros custos diretos ou indiretos não explicitamente discriminados na planilha, tais como despesas administrativas centrais, custos jurídicos, seguros adicionais, contingências operacionais, variações tributárias,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

treinamentos complementares, bem como provisões relacionadas a riscos contratuais e oscilações de mercado.

10.7.1. A eventual ausência de detalhamento desses itens na planilha não implica, necessariamente, sua inexistência, devendo ser avaliado, no caso concreto, se tais custos estão absorvidos em outras rubricas ou se há indícios de subdimensionamento que possam comprometer a exequibilidade da proposta.

11. ANÁLISE DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

11.1. A análise de exequibilidade das propostas apresentadas no certame observará os parâmetros estabelecidos no art. 59 da Lei nº 14.133/2021, bem como os princípios da razoabilidade, da economicidade e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando a natureza continuada e técnica do objeto contratado.

11.2. Poderá ser solicitada ao licitante classificado em primeiro lugar, ou àquele cuja proposta apresente indícios de inexecuibilidade, a apresentação de Planilha de Formação de Custos detalhada, acompanhada de memória de cálculo e documentos comprobatórios, aptos a demonstrar a viabilidade técnica e econômico-financeira da execução contratual.

11.3. A comprovação da exequibilidade deverá evidenciar, no mínimo:

11.3.1. a compatibilidade dos salários propostos com os pisos normativos da categoria profissional aplicável e com a legislação trabalhista vigente;

11.3.2. a adequada previsão de encargos sociais, trabalhistas e previdenciários;

11.3.3. a inclusão de provisões relativas a férias, 13º salário, rescisões e substituições por afastamentos legais;

11.3.4. a previsão de responsável técnico habilitado e respectivos custos (incluindo ART);

11.3.5. a consideração de custos logísticos, operacionais e administrativos indispensáveis à execução dos serviços;

11.3.6. a previsão de fornecimento de ferramentas, equipamentos, insumos, peças ordinárias e materiais necessários à manutenção preventiva e corretiva, conforme definido neste Memorial;

11.3.7. a compatibilidade entre o quantitativo de equipe previsto e os prazos de atendimento estabelecidos para manutenções preventivas e corretivas, inclusive para atendimentos emergenciais em ambientes críticos.

11.4. Caso a proposta apresente valor global significativamente inferior aos parâmetros de mercado ou aos custos mínimos estimados pela Administração, poderá ser instaurado procedimento de diligência para que o licitante comprove, de forma objetiva e documental, a viabilidade de execução do contrato sem comprometimento da qualidade, segurança e continuidade dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

11.5. A não comprovação satisfatória da exequibilidade, ou a apresentação de justificativas genéricas, desacompanhadas de elementos técnicos e financeiros idôneos, poderá ensejar a desclassificação da proposta, nos termos da legislação vigente.

11.6. A análise de exequibilidade não se limitará à verificação aritmética da planilha apresentada, podendo a Administração avaliar a coerência global da proposta, a consistência entre custos declarados e obrigações contratuais assumidas, bem como a compatibilidade da estrutura operacional proposta com a complexidade e abrangência dos sistemas descritos neste Memorial.

11.7. A eventual identificação de subdimensionamento de equipe, omissão de custos essenciais ou incompatibilidade entre preço ofertado e escopo contratual poderá caracterizar risco à execução adequada do objeto, justificando a adoção das medidas previstas na legislação aplicável.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO III

FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Pregão Eletrônico nº 015/2026 - Proad nº 14.124/2026

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Contato:

Tel.:

Cel.

Optante pelo Simples Nacional: () Sim () Não

Dados Bancários

Banco:

Agência:

C/C:

e-mail:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação continuada de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado, ventilação e exaustão de diversos Fóruns do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

GRUPO 1 (G1)

Serviço de manutenção (A)						
Item	Unidade	Data de início	Unidade	Quantidade estimada	Valor mensal	Valor total proposto
1	Barueri	18/08/26	mês	24	R\$ __, __	R\$ __, __
	Carapicuíba	02/10/26	mês	22	R\$ __, __	R\$ __, __
	Cotia	02/10/26	mês	22	R\$ __, __	R\$ __, __
	Diadema	02/10/26	mês	22	R\$ __, __	R\$ __, __
	Embu das Artes	02/10/26	mês	22	R\$ __, __	R\$ __, __
	Franco da Rocha	02/10/26	mês	22	R\$ __, __	R\$ __, __
	Praia Grande	02/10/26	mês	22	R\$ __, __	R\$ __, __
	Ribeirão Pires	02/10/26	mês	22	R\$ __, __	R\$ __, __
	Santo André	02/10/26	mês	22	R\$ __, __	R\$ __, __
	São Bernardo	02/10/26	mês	22	R\$ __, __	R\$ __, __
	São Caetano	02/10/26	mês	22	R\$ __, __	R\$ __, __
	Taboão da Serra	02/10/26	mês	22	R\$ __, __	R\$ __, __
	São Vicente	02/10/26	mês	22	R\$ __, __	R\$ __, __
	Santana de Parnaíba	15/09/26	mês	23	R\$ __, __	R\$ __, __
	Cubatão	15/09/26	mês	23	R\$ __, __	R\$ __, __
	Guaruja	15/09/26	mês	23	R\$ __, __	R\$ __, __
	Cajamar	01/11/26	mês	21	R\$ __, __	R\$ __, __
VALOR TOTAL PROPOSTO (A)					R\$ __, __	R\$ __, __

Tabela de peças específicas (B) - Sistema VRF								
Item	Marca	Peça	Modelo condensadora	Série	Capacidade (HP)	Alimentação	Fluido refrigerante	Valor unitário proposto
2	HITACHI	Compressor	RAS6HVRNM2	VAAR6801	5	220V-3F	R410A	R\$ __, __
	HITACHI	Compressor	RAS4HVNC1	VAAD51953	4	220V-3F	R410A	R\$ __, __
	HITACHI	Compressor	RAS10FSNMQ	QSQ68N20001	10	220V-3F	R410A	R\$ __, __
	HITACHI	Compressor	RAS8FSNMQ	QSQ67N320001	8	220V-3F	R410A	R\$ __, __
	HITACHI	Compressor	RAS5FSVN1Q	UAFR8141	5	220V-3F	R410A	R\$ __, __
VALOR TOTAL PROPOSTO (B)								R\$ __, __



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Tabela de peças específicas (C) - Splitão

Item	Marca	Modelo	Série	Capacidade	Alimentação	Fluido refrigerante	Valor unitário proposto
3	HITACHI	RAP300B7Z	RAP0707	30 TR / 25TR	380V-3F	R410A	R\$ __, __
VALOR TOTAL PROPOSTO (C)							R\$ __, __

Tabela de peças específicas (D) - Equipamento Split

Item	Peça	Capacidade do split (Btu/h)	Características técnicas	Valor unitário proposto
4	COMPRESSOR CONVENCIONAL	12000	R22, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR CONVENCIONAL	18000	R22, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR CONVENCIONAL	24000	R22, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR CONVENCIONAL	36000	R22, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR INVERTER	12000	R410A, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR INVERTER	18000	R410A, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR INVERTER	24000	R410A, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR INVERTER	36000	R410A, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
VALOR TOTAL PROPOSTO (D)				R\$ __, __

Tabela de peças específicas (E) - Sistema Chiller

Tabela de peças específicas (E) - Sistema Chiller									
Item	Local	Marca	Modelo	Série	Capacidade	Alimentação	F.R.*	Peça	Valor unitário proposto
5	Barueri	HITACHI	RCU120SAZ4A 7P	---	120 TR	380V- 3F	R 407C	Compressor parafuso	R\$ __, __
								Trocador de Calor de água gelada	R\$ __, __
	Cotia	HITACHI	RCU020DAS4 AP	RCU1101 838827	20 TR	220V- 3F	R 407C	Compressor Scroll	R\$ __, __
								Trocador de Calor de água gelada	R\$ __, __
	Diadema	HITACHI	RCU15IASA5C	RCU1405 001432	15 TR	220V- 3F	R410A	Compressor Scroll	R\$ __, __
								Trocador de Placas	R\$ __, __
								Placa configuradora do Inversor de Frequencia	R\$ __, __
	Taboão da Serra	HITACHI	RCU15FASA5 C	RCU1405 000895	15 TR	220V- 3F	R410A	Compressor Scroll	R\$ __, __
								Trocador de Placas	R\$ __, __
		HITACHI	RCU15IASA7P	RCU1405 000895	15 TR	220V- 3F	R410A	Compressor Scroll	R\$ __, __
								Trocador de Placas	R\$ __, __
São Caetano	CARRIER	30RAB0656U	1713B00 109947	65 TR	220V- 3F	R 407C	Compressor Scroll SZ 160 220V 3F (13,5TR)	R\$ __, __	
							Trocador de Calor de água gelada	R\$ __, __	
VALOR TOTAL PROPOSTO (E)									R\$ __, __

* FR = Fluido refrigerante

VALOR TOTAL PROPOSTO (G1 = (A)+(B)+(C)+(D)+(E))

R\$ __, __

Prazo de Validade da Proposta: 90 (noventa) dias contados da data em que a proposta for anexada ao Sistema Compras.gov.br.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

São Paulo, ____ de _____ de 202_.

(Representante da Empresa)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO § 2º DO ART. 4º DA LEI 14.133/2021

Pregão Eletrônico nº 015/2026 - Proad nº 14.124/2026

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que não possuo, no ano-calendário da realização desta licitação, contratos com administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

_____, ____/____/____

Cidade Data

Nome da empresa e CNPJ



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ITEM 13.1.1.2 DO EDITAL

Pregão Eletrônico nº 015/2026 - Proad nº 14.124/2026

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que não foram condenados a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

_____, ____/____/____

Cidade Data

Nome da empresa e CNPJ



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

Pregão Eletrônico nº 015/2026 - Proad nº 14.124/2026

Declaro para o Tribunal Regional do Trabalho 2ª Região,

Que sou detentor de todas as informações necessárias ao oferecimento da proposta de preços e execução dos serviços, possuindo pleno conhecimento das condições locais e operacionais, assumindo integral responsabilidade pela execução do objeto nas condições existentes, conforme exigência e condições especificadas no edital do pregão eletrônico nº 015/2026 e anexos, não podendo, em etapa posterior: alegar desconhecimento das condições locais, pleitear aditivos de valor ou prazo decorrentes desse desconhecimento; fazer qualquer alegação relacionada ao desconhecimento das condições existentes.

_____, ____/____/____

Cidade Data

Nome da empresa e CNPJ

Responsável pela empresa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO VII

CARTA DE PREPOSTO

Pregão Eletrônico nº 015/2026 - Proad nº 14.124/2026

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, estabelecida na Rua _____, vem indicar o Sr. _____; inscrito no CPF sob nº _____; portador do RG nº _____; telefone: _____; e-mail _____ e endereço _____, como **preposto titular** e o Sr. _____; inscrito no CPF sob nº _____; portador do RG nº _____; telefone: _____; e-mail _____ e endereço _____ como **preposto substituto**, conferindo-lhes poderes para representá-la durante a execução contratual.

São Paulo, __ de ____ de 20xx.

(Assinatura do representante legal)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO VIII
MINUTA DE CONTRATO

PROAD Nº 14.124/2026 - CONTRATO Nº ---/202-

CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA, PARA PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS DE AR-CONDICIONADO, VENTILAÇÃO E EXAUSTÃO DE DIVERSOS FÓRUMS DESTES TRIBUNAL.

O **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**, Órgão do Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho, com sede na Rua da Consolação, 1.272, São Paulo/SP, inscrito no CNPJ sob o nº 03.241.738/0001-39, neste ato representado por seu Desembargador Presidente, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, inscrito(a) no CNPJ sob o nº, sediado(a) na, em, e-mail, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr. (a), na presença de duas testemunhas, celebram o presente contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 015/2026**, em conformidade com o **PROAD nº 14.124/2026**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais legislações aplicáveis, firmando o compromisso de cumpri-lo de acordo com as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de ar-condicionado, ventilação e exaustão de diversos Fóruns do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, nas condições estabelecidas na Especificação do Objeto.

Parágrafo Único: Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- I – A Especificação do Objeto;
- II - O Edital da Licitação;
- III - A Proposta da **CONTRATADA**;
- IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA, DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA PRORROGAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, pelo período de .../.../..... a .../.../.....

Parágrafo Primeiro: A prestação dos serviços terá início em __/__/____.

Parágrafo Segundo: O prazo de vigência disposto no *caput* poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Terceiro: A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o **CONTRATANTE**, permitida a negociação com a **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto: A prorrogação do prazo de vigência será precedida de verificação da regularidade fiscal da **CONTRATADA**, consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e ao Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), emissão das certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Os regimes de execução desta contratação são a empreitada por preço global para o serviço continuado de manutenção preventiva e corretiva (item 1 do Anexo III) e a empreitada por preço unitário para o fornecimento de peças sob demanda (itens 2 a 5 do Anexo III).

Parágrafo Único: As demais condições de execução estão dispostas no Anexo I – Especificação do Objeto.

CLÁUSULA QUARTA: DA SUBCONTRATAÇÃO

Sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, a **CONTRATADA** poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento, até o limite autorizado, em cada caso, pelo **CONTRATANTE**, constante do item 2 do Anexo I.

Parágrafo Primeiro: Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da **CONTRATADA** pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o **CONTRATANTE** pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

Parágrafo Segundo: A subcontratação depende de autorização prévia do **CONTRATANTE**, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE** documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

Parágrafo Quarto: É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do **CONTRATANTE** ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR DO CONTRATO

Os valores da contratação são:

I – Valor mensal referente aos serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva (item 1 do Anexo III), conforme descrito a seguir:

I.a - de R\$ (.....), a partir da data da assinatura,

I.b - de R\$ (.....) a partir de 15/09/2026;

I.c - de R\$ (.....) a partir de 02/10/2026

I.c - de R\$ (.....) a partir de 01/11/2026.

Unidade	Valor Mensal
Barueri	R\$ __, __
Carapicuíba	R\$ __, __
Cotia	R\$ __, __
Diadema	R\$ __, __
Embu das Artes	R\$ __, __
Franco da Rocha	R\$ __, __
Praia Grande	R\$ __, __
Ribeirão Pires	R\$ __, __
Santo André	R\$ __, __
São Bernardo	R\$ __, __
São Caetano	R\$ __, __
Taboão da Serra	R\$ __, __
São Vicente	R\$ __, __
Santana de Parnaíba	R\$ __, __
Cubatão	R\$ __, __
Guarujá	R\$ __, __
Cajamar	R\$ __, __



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

II – Valores unitários, conforme tabela abaixo, referentes ao fornecimento de peças sob demanda (itens 2 a 5 do Anexo III):

Sistema VRF								
Item	Marca	Peça	Modelo condensadora	Série	Capacidade (HP)	Alimentação	Fluido refrigerante	Valor unitário
2	HITACHI	Compressor	RAS6HVRNM2	VAAR6801	5	220V-3F	R410A	R\$ __, __
	HITACHI	Compressor	RAS4HVNC1	VAAD51953	4	220V-3F	R410A	R\$ __, __
	HITACHI	Compressor	RAS10FSNMQ	QSQ68N20001	10	220V-3F	R410A	R\$ __, __
	HITACHI	Compressor	RAS8FSNMQ	QSQ67N320001	8	220V-3F	R410A	R\$ __, __
	HITACHI	Compressor	RAS5FSVN1Q	UAFR8141	5	220V-3F	R410A	R\$ __, __

Splitão							
Item	Marca	Modelo	Série	Capacidade	Alimentação	Fluido refrigerante	Valor unitário
3	HITACHI	RAP300B7Z	RAP0707	30 TR / 25TR	380V-3F	R410A	R\$ __, __

Equipamento Split				
Item	Peça	Capacidade do split (Btu/h)	Características técnicas	Valor unitário
4	COMPRESSOR CONVENCIONAL	12000	R22, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR CONVENCIONAL	18000	R22, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR CONVENCIONAL	24000	R22, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR CONVENCIONAL	36000	R22, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR INVERTER	12000	R410A, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR INVERTER	18000	R410A, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR INVERTER	24000	R410A, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __
	COMPRESSOR INVERTER	36000	R410A, 220v, MONOFÁSICO	R\$ __, __

Sistema Chiller									
Item	Local	Marca	Modelo	Série	Capacidade	Alimentação	F.R.*	Peça	Valor unitário
5	Barueri	HITACHI	RCU120SAZ4A 7P	---	120 TR	380V- 3F	R 407C	Compressor parafuso	R\$ __, __
								Trocador de Calor de água gelada	R\$ __, __
	Cotia	HITACHI	RCU020DAS4 AP	RCU1101 838827	20 TR	220V- 3F	R 407C	Compressor Scroll	R\$ __, __
								Trocador de Calor de água gelada	R\$ __, __
	Diadema	HITACHI	RCU15IASA5C	RCU1405 001432	15 TR	220V- 3F	R410A	Compressor Scroll	R\$ __, __
								Trocador de Placas	R\$ __, __
								Placa configuradora do Inversor de Frequencia	R\$ __, __
	Taboão da Serra	HITACHI	RCU15FASA5 C	RCU1405 000895	15 TR	220V- 3F	R410A	Compressor Scroll	R\$ __, __
								Trocador de Placas	R\$ __, __
		HITACHI	RCU15IASA7P	RCU1405 000895	15 TR	220V- 3F	R410A	Compressor Scroll	R\$ __, __
	São Caetano	CARRIER	30RAB0656U	1713B00 109947	65 TR	220V- 3F	R 407C	Trocador de Placas	R\$ __, __
								Compressor Scroll SZ 160 220V 3F (13,5TR)	R\$ __, __
								Trocador de Calor de água gelada	R\$ __, __

* FR = Fluido refrigerante



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Único: Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da liquidação da despesa.

Parágrafo Primeiro: O pagamento será proporcional ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado, conforme Anexo X.

Parágrafo Segundo: Ocorrerá a glosa no pagamento devido, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando a **CONTRATADA** não produzir os resultados ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, conforme disposto no Instrumento de Medição de Resultado.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** poderá discriminar na nota fiscal/fatura o valor total de desconto por eventual descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado ocorrido no mês de referência e faltas, efetuando o devido abatimento no valor da nota fiscal/fatura.

Parágrafo Quarto: Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para liquidação iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinto: A liquidação da despesa só ocorrerá após a comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas.

Parágrafo Sexto: Em caso de irregularidade fiscal haverá suspensão do prazo de liquidação e a **CONTRATADA** será notificada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período.

Parágrafo Sétimo: O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA** por meio de ordem bancária, na instituição bancária indicada no cadastro realizado no SIGEO-JT.

Parágrafo Oitavo: O **CONTRATANTE** poderá efetuar o pagamento por meio de títulos de cobrança bancária com código de barras, desde que o valor seja líquido, já descontada a retenção na fonte prevista neste instrumento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Nono: O pagamento por meio de títulos de cobrança bancária com código de barras não isenta a **CONTRATADA** da apresentação do respectivo documento fiscal.

Parágrafo Dez: Sobre o valor faturado, serão retidos na fonte os correspondentes tributos e contribuições, conforme legislação aplicável.

Parágrafo Onze: A empresa optante pelo regime do Simples Nacional deverá encaminhar declaração nos moldes exigidos pela Receita Federal do Brasil antes da emissão da primeira Nota Fiscal Eletrônica, para fins de comprovação de sua situação jurídica, sendo de sua inteira responsabilidade informar eventual desenquadramento do regime, sob pena da incidência das penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo Doze: Considera-se como data do efetivo pagamento o dia em que for emitida a competente ordem bancária em favor da **CONTRATADA**.

Parágrafo Treze: O **CONTRATANTE** poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à **CONTRATADA**, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste contrato.

Parágrafo Catorze: No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo **CONTRATANTE** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, mediante solicitação da **CONTRATADA** em até 10 (dez) dias da emissão da Ordem Bancária, segundo a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de apuração dos encargos;

TX = Percentual anual de encargos moratórios;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/03/2026.

Parágrafo Primeiro: Após o interregno de um ano, e após pedido da **CONTRATADA**, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do IPCA-E, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Segundo: Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

Parágrafo Terceiro: No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, apurando-se a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

Parágrafo Quarto: Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Parágrafo Quinto: Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo Sexto: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, o **CONTRATANTE** elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, mediante apostila.

Parágrafo Sétimo: O reajuste será realizado por apostilamento.

Parágrafo Oitavo: Os reajustes serão precedidos de solicitação da **CONTRATADA** em até, no máximo, o mês subsequente ao da aquisição do direito, ficando garantida a eficácia retroativa do pedido. Ultrapassado esse prazo, os efeitos financeiros somente terão vigência a partir da data da solicitação.

Parágrafo Nono: O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

Parágrafo Dez: O **CONTRATANTE** dará resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro preferencialmente no prazo de 30 (trinta) dias úteis, após o recebimento de toda a documentação comprobatória, apta à análise do pedido para eventual deferimento/indeferimento, tais como, notas fiscais e demais documentos pertinentes que comprovem o desequilíbrio, acompanhada de demonstração analítica da variação cambial e/ou dos custos contratuais.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES

São obrigações das partes:

I) Da CONTRATADA:

a) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas de qualificação;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

- b) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços prestados;
- c) Obedecer às normas técnicas de saúde, de segurança do trabalho e de proteção ao meio ambiente;
- d) Assumir integral responsabilidade por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como pelos danos causados à União ou a terceiros, por seus empregados, na prestação dos serviços contratados, inclusive por acidentes, mortes, perdas ou destruições, furtos comprovados, isentando a União de todas e quaisquer reclamações que possam advir, devendo proceder aos reparos necessários ou ao pagamento de indenização correspondente;
- e) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados, instruindo-os a tratar com urbanidade e respeito todas as pessoas presentes nas dependências do **CONTRATANTE** e de suas unidades, onde prestar serviço;
- f) Manter a disciplina no local dos serviços, adotando medidas que previnam ou reprimam, de forma eficaz, condutas prejudiciais à adequada execução contratual, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis;
- g) Fornecer pessoal capacitado para a atividade, devidamente uniformizado, com seu logotipo, crachá de identificação, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, seguindo as normas de segurança do **CONTRATANTE**;
- h) Manter preposto aceito pelo **CONTRATANTE** no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução deste contrato;
- i) Cercar os seus empregados de todas as garantias e medidas de proteção ditadas pela legislação vigente, inclusive no que diz respeito à higiene e segurança do trabalho, mediante o emprego de todos os meios acautelatórios aconselhados para cada espécie de serviço a executar, responsabilizando-se pelo fornecimento e fiscalização de todos os equipamentos e materiais de proteção individual (EPI) e Coletivo (EPC), ficando sob sua inteira responsabilidade qualquer acidente ou dano que venha a ocorrer durante a execução do serviço;
- j) Eximir-se de contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE** ou de agente público que na fiscalização ou na gestão deste contrato;
- k) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

l) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, comunicando a estes, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

m) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

n) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução dos serviços;

o) Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

p) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

q) Elaborar e enviar à fiscalização, mensalmente, relatórios contendo registros quantos aos levantamentos, cálculos e gráficos necessários à discriminação e quantidade dos serviços efetivamente executados;

r) Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações inicialmente contratadas;

s) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

t) Comprovar, sempre que solicitado, sob pena de rescisão contratual, que não possui inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído por Portaria Interministerial do Poder Executivo; e que não foi condenada, a **CONTRATADA** ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

u) Comprovar semestralmente o cumprimento, quando couber e conforme proporção, do preenchimento de seus cargos com a cota de beneficiários ou pessoas portadoras de deficiência, e incentivo à inclusão de pessoas com Síndrome de Down, conforme previsto na legislação;

v) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

w) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

x) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

y) Conhecer e cumprir o Plano de Integridade/Programa de Integridade e *Compliance* e o Código de Ética³ do **CONTRATANTE**.

II) Do CONTRATANTE:

a) Prestar os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, de acordo com o contrato e seus anexos;

c) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Anexo I - Especificação do Objeto;

d) Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** por meio de gestor/fiscais;

f) Comunicar à **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

g) Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e na Especificação do Objeto;

h) Aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas na lei e neste Contrato;

i) Cientificar, quando julgar necessário, o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela **CONTRATADA**;

j) Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

³ Disponíveis em https://ww2.trt2.jus.br/fileadmin/agep/planejamento_estrategico/Plano_de_Integridade/Plano_de_Integridade_do_TRT2_-_com_anexo_-_Versao_2.pdf e <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/15693>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

j.1) A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

k) Recusar, desde que justificada, a indicação ou a manutenção do preposto da **CONTRATADA**, devendo esta designar outro para o exercício da atividade;

l) Comunicar à **CONTRATADA** na hipótese de posterior alteração do projeto, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

m) Exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, não obstante a **CONTRATADA** seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, sem que de qualquer forma haja restrição à plenitude dessa responsabilidade;

n) Suspender qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas, equipamentos, patrimônio do **CONTRATANTE** ou de terceiros;

o) Assegurar o livre acesso das pessoas credenciadas pela **CONTRATADA** aos locais onde serão executados os serviços, prestando-lhes os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados;

p) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

Parágrafo Primeiro: Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

Parágrafo Segundo: É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Parágrafo Terceiro: O **CONTRATANTE** deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela **CONTRATADA**.

Parágrafo Quarto: Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever da **CONTRATADA** eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Quinto: É dever da **CONTRATADA** orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Parágrafo Sexto: A **CONTRATADA** deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

Parágrafo Sétimo: O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a **CONTRATADA** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

Parágrafo Oitavo: A **CONTRATADA** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Parágrafo Nono: Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados ([LGPD, art. 37](#)), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

Parágrafo Dez: Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo **CONTRATANTE** nas hipóteses previstas na LGPD.

Parágrafo Onze: O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DEZ: DA GARANTIA ADICIONAL

A garantia adicional, disposta no §5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, será devida quando a proposta da **CONTRATADA** na fase de lances da licitação for inferior a 85% do valor orçado pelo **CONTRATANTE**, cujo valor será a diferença entre este último e o valor de sua proposta.

Parágrafo Primeiro: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de multas, indenizações, prejuízos decorrentes de inadimplemento ou de qualquer obrigação, inclusive trabalhistas e previdenciárias e de FGTS, quando couber, respondendo pelo fiel cumprimento das disposições do contrato, ficando o **CONTRATANTE** autorizado a executá-la para cobrir na ocorrência dos casos acima e quando da rescisão.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Segundo: Utilizada a garantia total ou parcialmente, a **CONTRATADA** fica obrigada a integralizá-la no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for formalmente notificada pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Terceiro: A **CONTRATADA** deverá, sempre que necessário, revalidar a data de vencimento da garantia e integralizar o valor decorrente de eventual alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação, assegurando a fiel execução contratual.

Parágrafo Quarto: A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, observada a legislação que rege a matéria.

Parágrafo Quinto: Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto Parágrafo Sétimo desta Cláusula.

Parágrafo Sexto: Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva do **CONTRATANTE** e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

Parágrafo Sétimo Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento do **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pelo **CONTRATANTE**.

Parágrafo Oitavo: A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do **CONTRATANTE**, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

Parágrafo Nono: Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

Parágrafo Dez: No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do [artigo 827 do Código Civil](#).

Parágrafo Onze: Em caso de fiança bancária, deverão constar no instrumento os seguintes requisitos:

a) prazo de validade correspondente ao período do início da vigência deste contrato até 3 (três) meses após o recebimento definitivo dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

b) expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento ao **CONTRATANTE** independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;

c) expressa renúncia do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos no [art. 827 do Código Civil](#).

Parágrafo Doze: Não será aceita fiança bancária que não atenda aos requisitos estabelecidos no Parágrafo anterior.

Parágrafo Treze: Em se tratando de seguro-garantia, a apólice deverá indicar:

a) o prazo de validade correspondente ao início da vigência deste contrato até 3 (três) meses após o recebimento definitivo dos serviços;

b) que o seguro garante o fiel cumprimento das obrigações de quaisquer naturezas assumidas pela **CONTRATADA**, até o valor da garantia fixado na apólice;

c) que continuará em vigor mesmo se a **CONTRATADA** não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo Catorze: Não será aceita apólice que contenha cláusulas contrárias aos interesses do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quinze: Ocorrendo força maior ou caso fortuito, comprovado documentalmente pela **CONTRATADA**, o prazo para apresentação do comprovante de garantia poderá ser prorrogado pelo mesmo período fixado no *caput* desta cláusula.

Parágrafo Dezesseis: O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificado pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais ([art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

Parágrafo Dezesete: Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do [art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022](#).

Parágrafo Dezoito: Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**.

Parágrafo Dezenove: O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo **CONTRATANTE** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Parágrafo Vinte: A **CONTRATADA** autoriza o **CONTRATANTE** a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

CLÁUSULA ONZE: DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica dos serviços prestados caberá ao Sr., habilitado em, registrado no sob o nº.....

CLÁUSULA DOZE: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa a **CONTRATADA** que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato;
- II - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - der causa à inexecução total do contrato;
- IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- V - prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- IX - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

Parágrafo Primeiro: Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, assegurada a ampla defesa e o contraditório, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito em caso de inexecução parcial de obrigação, exclusivamente na hipótese de inexistência de conduta de má-fé, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e nas seguintes situações:

- 1 - Em caso de até 2 (dois) dias de atraso para a entrega de documentação relacionada às medições.
- 2 - Em caso de descumprimento de prazo fixado para a manifestação e providências em relação às solicitações de gestor e fiscais, limitado a 2 (dois) dias de atraso.
- 3 - Em demais casos não previstos, a serem avaliados pelo gestor do contrato.

b) Multa:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

b.1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal do contrato em casos de atraso injustificado na execução do contrato, por dia, exceto para os casos dispostos nas alíneas 'b.2' a 'b.7', até o limite de 15% (quinze por cento);

b.1.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o **CONTRATANTE** a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

b.2) moratória, em caso de descumprimento no prazo para a entrega de documentação relacionada às medições:

1. Atraso de 3 a 7 dias - multa de 0,5% sobre o valor mensal do contrato.
2. Atraso de 8 a 12 dias - multa de 0,8% sobre o valor mensal do contrato.
3. Atraso superior a 13 a 20 dias - multa de 1% sobre o valor mensal do contrato.
4. Atraso de 21 a 30 dias - multa de 1,5% sobre o valor mensal do contrato, ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto.

b.3) moratória, em caso de descumprimento de prazo fixado para a manifestação e providências em relação às solicitações de gestor e fiscais:

1. Atraso de 3 a 7 dias - multa de 1,0% sobre o valor mensal do contrato.
2. Atraso de 8 a 12 dias - multa de 1,5% sobre o valor mensal do contrato.
3. Atraso superior a 13 a 20 dias - multa de 2,0% sobre o valor mensal do contrato.
4. Atraso de 21 a 30 dias - multa de 3,0% sobre o valor mensal do contrato, ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto.

b.4) moratória, em caso de interrupção ou suspensão dos serviços sem causa justificável:

1. Interrupção ou suspensão de 1 a 2 dias - multa de 1% sobre o valor total do contrato.
2. Interrupção ou suspensão de 3 a 5 dias - multa de 2,5% sobre o valor total do contrato.
3. Interrupção ou suspensão de 6 a 10 dias - multa de 5% sobre o valor total do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

4. Acima de 10 dias de interrupção ou suspensão, será considerado inexecução total ou parcial do objeto da contratação.

b.5) moratória, em caso de atraso no atendimento dos chamados de manutenção corretiva e preventiva:

1. Atraso de 3 a 7 dias - multa de 1% sobre o valor mensal do contrato.
2. Atraso de 8 a 12 dias - multa de 1,5% sobre o valor mensal do contrato.
3. Atraso superior a 13 a 20 dias - multa de 2% sobre o valor mensal do contrato.
4. Atraso de 21 a 30 dias – multa de 3% sobre o valor mensal do contrato, ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objeto.

A ocorrência de mais de 11 (onze) atrasos, dentro do mesmo mês, no atendimento aos chamados de manutenção corretiva, configura inexecução parcial do contrato, aplicando-se à **CONTRATADA** a multa definida na alínea 'b.10'.

b.6) moratória, em caso de atraso na entrega das ordens de serviços/relatórios referentes aos chamados de manutenção corretiva realizados:

1. Atraso de 3 a 7 dias - multa de 0,5% sobre o valor mensal do contrato.
2. Atraso de 8 a 12 dias - multa de 0,8% sobre o valor mensal do contrato.
3. Atraso superior a 13 a 20 dias - multa de 1% sobre o valor mensal do contrato.
4. Atraso de 21 a 30 dias – multa de 1,5% sobre o valor mensal do contrato, ultrapassado esse limite, poderá ser caracterizada a inexecução total ou parcial do objetos

b.7) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal do contrato, por dia de atraso injustificado, até o limite de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

b.8) compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor total do contrato, em caso de descumprimento das normas de segurança do trabalho, por infração;

b.9) compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor total do contrato, por manter funcionário sem as qualificações adequadas ao serviço, por infração;

b.10) compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor total do contrato, por manter funcionário sem uniformes adequados ao serviço, por infração;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

b.11) compensatória de 2,0% (dois por cento), sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de descumprimento do atendimento emergencial em caso de indisponibilidade total do sistema de climatização, nos termos do item 4.14 do Anexo I;

b.12) compensatória de 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial e de 30% (trinta por cento) em caso de inexecução total do valor do contrato.

b.13) compensatória de 5% (cinco por cento) do valor do contrato na hipótese de não-cumprimento de qualquer outra obrigação contratual acessória que não envolva prazo.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União pelo prazo máximo de 3 (três) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Parágrafo Segundo: A penalidade de multa poderá ser aplicada por qualquer hipótese de infração administrativa, isolada ou cumulativamente com as demais espécies de sanções.

Parágrafo Terceiro: As multas previstas neste instrumento, se aplicadas, poderão ser descontadas dos pagamentos a que porventura a **CONTRATADA** tenha direito.

Parágrafo Quarto: Caso inexistentes pagamentos ou se os valores das faturas ou garantia forem insuficientes, a **CONTRATADA** deverá recolher as multas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento de notificação, por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União, apresentando o comprovante ao **CONTRATANTE**, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União.

Parágrafo Quinto: A **CONTRATADA** que der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao **CONTRATANTE**, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, der causa à inexecução total do contrato, não mantiver a proposta ou ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto, ficará impedida de licitar e contratar no âmbito da União, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº 24/2022, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Sexto: A **CONTRATADA** que prestar declaração falsa durante a execução do contrato, praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude de qualquer natureza ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013, será declarada inidônea e ficará impedida de licitar ou contratar no âmbito da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, de acordo com as penas-base dispostas no Ato GP nº24/2022, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Sétimo: Todas as penalidades serão registradas no SICAF, no CEIS e no CNEP.

Parágrafo Oitavo: A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo Nono: Todas as comunicações dos atos administrativos serão realizadas de forma eletrônica, nos endereços de e-mail fornecidos pela **CONTRATADA** no contrato ou cadastrado no SICAF, sendo de sua responsabilidade o acompanhamento e atualização dos respectivos endereços.

Parágrafo Dez: A comunicação, enviada aos endereços de correio eletrônico da **CONTRATADA**, será considerada como efetivamente realizada após 10 (dez) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do envio, não podendo alegar desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

Parágrafo Onze: A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Parágrafo Doze: Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei [\(art. 159, da Lei 14.133, de 2021\)](#).

Parágrafo Treze: A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia. [\(art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021\)](#).

Parágrafo Catorze: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#) e Ato GP nº 24/2022 do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

CLÁUSULA TREZE: DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, mediante Termo Aditivo, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa do **CONTRATANTE** à continuidade do contrato.

CLÁUSULA CATORZE: DAS VEDAÇÕES

É vedado à **CONTRATADA**:

- a) Caucionar ou utilizar este contrato para qualquer operação financeira; e
- b) Interromper a execução dos serviços/atividades sob alegação de inadimplemento por parte do **CONTRATANTE**, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA QUINZE: DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, o objeto desta contratação será recebido:

a) **provisoriamente**, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, após verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico, na data da entrega, pela **CONTRATADA**, do relatório mensal de manutenção, em conformidade com os Anexos II e IX;

b) **definitivamente**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Parágrafo Primeiro: Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram prestados em desacordo com a proposta, com defeito, fora de especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à **CONTRATADA**, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para sanear as irregularidades detectadas, sob pena da aplicação de multa prevista neste instrumento.

Parágrafo Terceiro: O objeto da contratação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

Parágrafo Quarto: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

CLÁUSULA DEZESSEIS: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro: O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo Segundo: A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da **CONTRATADA** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro: Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o parágrafo anterior ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Quarto: O contrato pode ainda ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Quinto: Na hipótese do parágrafo anterior, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

Parágrafo Sexto: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Parágrafo Sétimo: Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Oitavo: O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- I. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- II. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- III. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DEZESSETE: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados a este Regional na Lei Orçamentária nº 15.346/2026, conforme Programa de Trabalho 15.103.02.122.0033.4256.0035 e Natureza de Despesa 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, e, nos exercícios subsequentes, à conta da dotação orçamentária que atenda despesas da mesma natureza.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

CLÁUSULA DEZOITO: DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DEZENOVE: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado conforme art. 124 e art. 125 da Lei nº 14.133/2021, por meio de termo aditivo, exceto na ocorrência de registros que não caracterizam alteração dos contratos, que poderão ser realizados por apostilamento, conforme art. 136 e incisos da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo: A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pela **CONTRATADA**, das prestações determinadas pelo **CONTRATANTE** no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

CLÁUSULA VINTE: DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento e seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA VINTE E UM: DOS MEIOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

As controvérsias de natureza jurídica, na fase extrajudicial ou no curso de ação judicial, poderão ser submetidas pelas partes à Câmara de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF da Advocacia-Geral da União na busca da prevenção e solução consensual de conflitos.

CLÁUSULA VINTE E DOIS: DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste contrato, e que não puderem ser compostos por meios alternativos de prevenção e resolução de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

controvérsias, será o da Seção Judiciária de São Paulo/SP da Justiça Federal, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Para firmeza e validade do pactuado, os contraentes assinam o presente contrato.

São Paulo, data da última assinatura eletrônica.

Assinado digitalmente

XXXX

Desembargador(a) Presidente/Diretor(a)-Geral da
Administração

Assinado digitalmente

XXXX

Responsável legal da Contratada

TESTEMUNHAS:

Assinado digitalmente

XXXX

Assinado digitalmente

XXXX



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO IX
PMOC – FREQUÊNCIA

A. SISTEMA DE ÁGUA GELADA COM CHILLER REFRIGERADO A ÁGUA

EVAPORADORES	Periodicidade
1. Verificar a existência de agentes que possam prejudicar a troca térmica ⁴	Semestral
2. Limpar as superfícies do lado líquido refrigerado e refrigerante ⁵ .	Anual
3. Verificar os fluxos dos fluidos refrigerantes e refrigerado.	Mensal
4. Purgar o ar do lado do líquido refrigerante.	Semestral
5. Medir e registrar as temperaturas e pressões na condição de plena vazão de ambos os fluidos nos pontos de entrada e saída ⁶ .	Mensal
6. Determinar e registrar o superaquecimento com os valores obtidos acima ⁷ .	Mensal
7. Verificar o isolamento térmico do componente (inspeção visual).	Mensal
8. Verificar a operação do sistema de descongelamento.	Bimestral
9. Limpar sistema de drenagem.	Semestral
10. Verificar a existência de vazamentos internos e externos.	Mensal

CONDENSADORES	Periodicidade
11. Verificar a existência de agentes que possam prejudicar a troca térmica ⁸ .	Semestral
12. Limpar as superfícies do lado líquido refrigerado e refrigerante ⁹ .	Anual
13. Verificar os fluxos dos fluidos refrigerante e refrigerado.	Mensal
14. Purgar o ar do lado do líquido refrigerante.	Semestral
15. Medir e registrar as temperaturas e pressões na condição de plena vazão de ambos os fluidos nos pontos de entrada e saída ¹⁰ .	Mensal
16. Determinar e registrar o superaquecimento com os valores obtidos acima ¹¹ .	Mensal
17. Verificar o isolamento térmico do componente (inspeção visual).	Mensal
18. Verificar a operação do sistema de descongelamento.	Bimestral
19. Limpar sistema de drenagem.	Semestral
20. Verificar a existência de vazamentos internos e externos.	Mensal
21. Varetamento interno da tubulação	Anual

4 Corrigir quando constatado

5 Quando constatada perda significativa ou contínua de desempenho do equipamento proceder à limpeza mesmo antes do prazo estipulado.

6 Estes valores devem constar do relatório mensal

7 Caso não esteja dentro dos parâmetros de fabricação do equipamento, proceder aos reparos necessários

8 Corrigir assim que constatado

9 Quando constatada perda significativa ou contínua de desempenho do equipamento proceder à limpeza mesmo antes do prazo estipulado.

10 Estes valores devem constar do relatório mensal

11 Caso não esteja dentro dos parâmetros de fabricação do equipamento, proceder aos reparos necessários



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

QUADROS ELÉTRICOS	Periodicidade
22. Verificar a instalação e suas condições locais.	Bimestral
23. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹² .	Bimestral
24. Verificar os elementos quanto ao funcionamento eletromecânico e fixação.	Trimestral
25. Reapertar os terminais, barramentos e elementos de fixação.	Semestral
26. Medir e registrar tensão e corrente elétrica dos equipamentos ligados ao quadro ¹³ .	Bimestral
27. Regular os elementos de proteção, operação e controle conforme as condições de referência.	Bimestral
28. Verificar a operação nas funções manual, automática e remota.	Mensal
29. Verificar fiação, barramentos e sistema de aterramento.	Bimestral
30. Medir e registrar as tensões de entrada no quadro elétrico ¹⁴	Bimestral

VÁLVULA DE CONTROLE E BLOQUEIO - CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
31. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ¹⁵ .	Mensal
32. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Bimestral
33. Verificar a existência de vazamento (inspeção visual) ¹⁶ .	Mensal
34. Ajustar ou substituir elementos de vedação.	Anual
35. Lubrificar o mecanismo de acionamento.	Semestral
36. Verificar a atuação das válvulas.	Trimestral

FILTROS – CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
37. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ¹⁷ .	Mensal
38. Limpar o elemento filtrante.	Trimestral
39. Verificar danos no elemento filtrante.	Trimestral
40. Substituir o elemento filtrante ¹⁸ .	Trimestral

TUBULAÇÕES, TANQUES E ACESSÓRIOS – CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
41. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ¹⁹ .	Mensal
42. Verificar a existência de vazamento e o estado das fixações ²⁰ .	Mensal
43. Limpar os tanques internamente.	Semestral

12 Corrigir assim que constatado

13 Estes valores deverão constar do relatório trimestral

14 Estes valores deverão constar do relatório trimestral

15 Corrigir assim que constatado

16 Corrigir assim que constatado

17 Corrigir assim que constatado

18 Quando este for descartável ou caso se encontre muito danificado

19 Corrigir assim que constatado

20 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

44. Verificar isolamento (inspeção visual).	Mensal
45. Verificar juntas de expansão (inspeção visual).	Mensal
46. Verificar o nível de líquido no tanque de expansão ²¹ .	Bimestral
47. Verificar o funcionamento dos dispositivos de controle e segurança.	Mensal
48. Purgar o ar.	Trimestral
49. Drenar para eliminação de sujeira.	Anual

COMPRESSORES	Periodicidade
50. Verificar a existência de sujeira externa, danos e corrosão ²²	Mensal
51. Verificar vibrações, ruídos anormais e fixação ²³ .	Mensal
52. Medir e registrar a pressão de sucção junto ao compressor.	Trimestral
53. Medir e registrar a temperatura do gás de sucção junto ao compressor.	Trimestral
54. Medir e registrar a pressão de descarga junto ao compressor.	Trimestral
55. Medir e registrar a temperatura de descarga junto ao compressor.	Trimestral
56. Verificar o nível de óleo no visor ²⁴ .	Mensal
57. Verificar o teor de acidez do óleo ²⁵ .	Semestral
58. Medir e registrar a pressão do óleo ²⁶ .	Semestral
59. Medir e registrar a temperatura do óleo antes e depois do resfriador do óleo.	Semestral
60. Medir e registrar a temperatura do fluido refrigerante antes e depois do refrigerador de óleo.	Semestral
61. Verificar o funcionamento do separador de óleo.	Semestral
62. Verificar o funcionamento do aquecedor de óleo.	Bimestral
63. Verificar a operação durante a partida, do dispositivo de redução de capacidade.	Mensal
64. Verificar a hermeticidade do selo de vedação do eixo.	Trimestral
65. Verificar o funcionamento das válvulas de serviço.	Mensal
66. Verificar vazamentos ²⁷ .	Mensal
67. Verificar o funcionamento dos dispositivos de segurança.	Mensal

TUBULAÇÕES – CIRCUITO DE REFRIGERANTE	
68. Verificar a existência de danos, corrosão externa e fixação ²⁸ .	Mensal
69. Verificar a existência de danos no isolamento.	Mensal
70. Verificar a existência de danos externos nos compensadores de vibração ²⁹ .	Mensal
71. Verificar a existência de vazamento ³⁰ .	Mensal
72. Reapertar as conexões.	Semestral

21 Corrigir assim que constatado

22 Corrigir assim que constatado

23 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

VÁLVULAS – CIRCUITO DE REFRIGERANTE	Periodicidade
73. Verificar a existência de sujeira danos e corrosão externa ³¹ .	Mensal
74. Verificar a operação das válvulas solenoides de boia de alimentação, de reversão de ciclo, pressostática, retenção, inspeção e bloqueio.	Trimestral
75. Ajustar os parâmetros de operação.	Anual
76. Verificar a existência de vazamento ³² .	Mensal

ACESSÓRIOS – CIRCUITO DE REFRIGERANTE	Periodicidade
77. Verificar a existência de sujeira danos e corrosão externa ³³ .	Mensal
78. Verificar a operação.	Mensal
79. Verificar existência de vazamento ³⁴ .	Mensal

INSTRUMENTAÇÃO	Periodicidade
80. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ³⁵ .	Mensal
81. Verificar se o instrumento está fornecendo informações sobre a grandeza que está medindo.	Semestral
82. Verificar e registrar a validade do período de calibração do instrumento, através de etiqueta, selo ou certificado.	Anual
83. Registrar e informar quais os instrumentos necessitam de calibração ou substituição.	Anual

-
- 24 Corrigir assim que constatado
25 Trocar assim que constatado
26 Corrigir assim que constatado
27 Corrigir assim que constatado
28 Corrigir assim que constatado
29 Corrigir assim que constatado
30 Corrigir assim que constatado
31 Corrigir assim que constatado
32 Corrigir assim que constatado
33 Corrigir assim que constatado
34 Corrigir assim que constatado
35 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

B. CASSETE HIDRÔNICO

VENTILADORES	Periodicidade
1. Verificar a existência de sujeira, danos, corrosão e fixação do conjunto ³⁶ .	Mensal
2. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Mensal
3. Verificar o aquecimento anormal dos mancais.	Trimestral
4. Lubrificar os mancais.	Trimestral
5. Verificar vazamentos nas juntas flexíveis ³⁷ .	Semestral
6. Verificar o estado dos amortecedores de vibração ³⁸ .	Mensal
7. Verificar a operação dos controles de vazão.	Trimestral
8. Verificar o estado e a instalação dos dispositivos de proteção.	Semestral
9. Limpar o sistema de drenagem.	Trimestral
10. Medir e registrar a vazão nas condições de trabalho ³⁹ .	Mensal

SERPENTINA	Periodicidade
11. Verificar a existência de agentes que possam prejudicar a troca térmica ⁴⁰ .	Semestral
12. Limpar as superfícies do lado líquido refrigerado e refrigerante ⁴¹ .	Anual
13. Verificar os fluxos dos fluidos refrigerante e refrigerado.	Mensal
14. Purgar o ar do lado do líquido refrigerante.	Semestral
15. Medir e registrar as temperaturas e pressões na condição de plena vazão de ambos os fluidos nos pontos de entrada e saída ⁴² .	Mensal
16. Determinar e registrar o superaquecimento com os valores obtidos acima ⁴³ .	Mensal
17. Verificar o isolamento térmico do componente (inspeção visual).	Mensal
18. Verificar a operação do sistema de descongelamento.	Bimestral
19. Limpar sistema de drenagem.	Mensal
20. Verificar a existência de vazamentos internos e externos.	Mensal

FILTROS SECOS	Periodicidade
21. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ⁴⁴ .	Mensal
22. Limpar e vedar frestas da estrutura.	Trimestral
23. Medir e registrar o diferencial de pressão ⁴⁵ .	Mensal
24. Verificar o ajuste do filtro na estrutura.	Mensal
25. Limpar o elemento filtrante (quando recuperável).	Trimestral
26. Substituir elemento filtrante ⁴⁶ .	Trimestral

36 Corrigir assim que constatado

37 Corrigir assim que constatado

38 Corrigir assim que constatado

39 Deverão constar no relatório mensal

40 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

27. Completar o fluido de medição do manômetro diferencial ⁴⁷ .	Anual
--	-------

DISPOSITIVOS PARA CONTROLE DE VAZÃO	Periodicidade
28. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ⁴⁸ .	Mensal
29. Verificar o funcionamento mecânico.	Trimestral
30. Lubrificar mancais de acionamento.	Semestral

MOTORES ELÉTRICOS	Periodicidade
31. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão e a fixação ⁴⁹ .	Mensal
32. Verificar o sentido de rotação.	Trimestral
33. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Mensal
34. Lubrificar os mancais.	Trimestral
35. Verificar a instalação e fixação dos protetores.	Trimestral
36. Medir e registrar tensão e corrente elétrica ⁵⁰ .	Trimestral
37. Medir e registrar o isolamento elétrico ⁵¹ .	Anual
38. Verificar o aterramento elétrico.	Semestral

VÁLVULA DE CONTROLE E BLOQUEIO – CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
39. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ⁵² .	Mensal
40. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Bimestral
41. Verificar a existência de vazamento (inspeção visual) ⁵³ .	Mensal
42. Ajustar ou substituir elementos de vedação.	Anual
43. Lubrificar o mecanismo de acionamento.	Semestral
44. Verificar a atuação das válvulas.	Trimestral
VÁLVULA DE CONTROLE E BLOQUEIO – CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
45. Verificar a existência de vazamento e o estado das fixações ⁵⁴ .	Mensal

41 Quando constatada perda significativa ou contínua de desempenho do equipamento proceder à limpeza mesmo antes do prazo estipulado

42 Estes valores deverão constar do relatório mensal

43 Caso não esteja dentro dos parâmetros de fabricação do equipamento proceder aos reparos necessários

44 Corrigir assim que constatado

45 Que deverá constar no relatório mensal

46 Se este for descartável

47 Caso for necessário

48 Corrigir assim que constatado

49 Corrigir assim que constatado

50 Que deverá constar do relatório trimestral

51 Que deverá constar do relatório anual

52 Corrigir assim que constatado

53 Corrigir assim que constatado

54 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

46. Verificar a existência de vazamento e o estado das fixações ⁵⁵ .	Mensal
47. Limpar os tanques internamente.	Semestral
48. Verificar isolamento (inspeção visual).	Mensal
49. Verificar juntas de expansão (inspeção visual).	Mensal
50. Verificar o nível de líquido no tanque de expansão ⁵⁶ .	Bimestral
51. Verificar o funcionamento dos dispositivos de controle e segurança.	Mensal
52. Purgar o ar.	Trimestral
53. Drenar para eliminação de sujeira.	Anual

55 Corrigir assim que constatado

56 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

C. SISTEMAS HIDRÁULICOS

BOMBAS	Periodicidade
1. Verificar a existência de sujeira, danos, corrosão externa e fixação ⁵⁷ .	Mensal
2. Pintar motor, bomba e base	Anual
3. Verificar a vedação do selo mecânico ⁵⁸ .	Bimestral
4. Ajustar o prensa-gaxeta.	Bimestral
5. Substituir lubrificante (óleo ou graxa).	Trimestral
6. Medir e registrar as pressões de trabalho ⁵⁹ .	Trimestral
7. Limpar o sistema de drenagem.	Bimestral

VÁLVULA DE CONTROLE E BLOQUEIO - CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
8. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ⁶⁰ .	Mensal
9. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Bimestral
10. Verificar a existência de vazamento (inspeção visual) ⁶¹ .	Mensal
11. Ajustar ou substituir elementos de vedação.	Anual
12. Lubrificar o mecanismo de acionamento.	Semestral
13. Verificar a atuação das válvulas.	Trimestral

FILTROS – CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
14. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ⁶² .	Mensal
15. Limpar o elemento filtrante.	Trimestral
16. Verificar danos no elemento filtrante.	Trimestral
17. Substituir o elemento filtrante ⁶³ .	Trimestral

TUBULAÇÕES, TANQUES E ACESSÓRIOS – CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
18. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ⁶⁴ .	Mensal
19. Verificar a existência de vazamento e o estado das fixações ⁶⁵ .	Mensal
20. Limpar os tanques internamente.	Semestral
21. Verificar isolamento (inspeção visual).	Mensal
22. Verificar juntas de expansão (inspeção visual).	Mensal

57 Corrigir assim que constatado

58 Corrigir assim que constatado

59 Deverá constar no relatório trimestral

60 Corrigir assim que constatado

61 Corrigir assim que constatado

62 Corrigir assim que constatado

63 Caso seja descartável ou se encontre danificado

64 Corrigir assim que constatado

65 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

23. Verificar o nível de líquido no tanque de expansão ⁶⁶ .	Bimestral
24. Verificar o funcionamento dos dispositivos de controle e segurança.	Mensal
25. Purgar o ar.	Trimestral
26. Drenar para eliminação de sujeira.	Anual
27. Pintar e eliminar pontos de ferrugem	Anual

MOTORES ELÉTRICOS	Periodicidade
28. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão e a fixação ⁶⁷ .	Mensal
29. Verificar o sentido de rotação.	Trimestral
30. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Mensal
31. Lubrificar os mancais.	Trimestral
32. Verificar a instalação e fixação dos protetores.	Trimestral
33. Medir e registrar tensão e corrente elétrica ⁶⁸ .	Trimestral
34. Medir e registrar o isolamento elétrico ⁶⁹ .	Anual
35. Verificar o aterramento elétrico.	Semestral

INSTRUMENTAÇÃO	Periodicidade
36. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ⁷⁰ .	Mensal
37. Verificar se o instrumento está fornecendo informações sobre a grandeza que está medindo.	Semestral
38. Verificar e registrar a validade do período de calibração do instrumento, através de etiqueta, selo ou certificado.	Anual
39. Registrar e informar quais os instrumentos necessitam de calibração ou substituição.	Anual

66 Corrigir assim que constatado

67 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

D. FAIN COIL

VENTILADORES	Periodicidade
1. Verificar a existência de sujeira, danos, corrosão e fixação do conjunto ⁷¹ .	Mensal
2. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Mensal
3. Verificar o aquecimento anormal dos mancais.	Trimestral
4. Lubrificar os mancais.	Trimestral
5. Verificar vazamentos nas juntas flexíveis ⁷² .	Semestral
6. Verificar o estado dos amortecedores de vibração ⁷³ .	Mensal
7. Verificar a operação dos controles de vazão.	Trimestral
8. Lavar volutas.	Semestral
9. Limpar o sistema de drenagem.	Trimestral
10. Medir e registrar a vazão nas condições de trabalho ⁷⁴ .	Mensal

SERPENTINA	Periodicidade
11. Verificar a existência de agentes que possam prejudicar a troca térmica ⁷⁵ .	Semestral
12. Limpar as superfícies do lado líquido refrigerado e refrigerante ⁷⁶ .	Anual
13. Verificar os fluxos dos fluidos refrigerante e refrigerado.	Mensal
14. Purgar o ar do lado do líquido refrigerante.	Semestral
15. Medir e registrar as temperaturas e pressões na condição de plena vazão de ambos os fluidos nos pontos de entrada e saída ⁷⁷ .	Mensal
16. Determinar e registrar o superaquecimento com os valores obtidos acima ⁷⁸ .	Mensal
17. Verificar o isolamento térmico do componente (inspeção visual).	Mensal
18. Verificar a operação do sistema de descongelamento.	Bimestral
19. Limpar sistema de drenagem.	Mensal
20. Verificar a existência de vazamentos internos e externos.	Mensal

FILTROS SECOS	Periodicidade
21. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ⁷⁹ .	Mensal
22. Limpar e vedar frestas da estrutura.	Trimestral
23. Medir e registrar o diferencial de pressão ⁸⁰ .	Mensal
24. Verificar o ajuste do filtro na estrutura.	Mensal
25. Limpar o elemento filtrante (quando recuperável).	Trimestral

68 Deverá constar no relatório trimestral

69 Deverá constar no relatório anual

70 Corrigir assim que constatado

71 Corrigir assim que constatado

72 Corrigir assim que constatado

73 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

26. Substituir elemento filtrante ⁸¹ .	Trimestral
27. Completar o fluido de medição do manômetro diferencial ⁸² .	Anual

VENEZIANAS, GRELHAS E DIFUSORES	Periodicidade
28. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ⁸³ .	Mensal
29. Ajustar para restabelecer as condições de referência.	Trimestral
30. Verificar funcionamento mecânico.	Trimestral
31. Lubrificar mancais de acionamento.	Semestral

DISPOSITIVOS PARA CONTROLE DE VAZÃO	Periodicidade
32. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ⁸⁴ .	Mensal
33. Verificar o funcionamento mecânico.	Trimestral
34. Lubrificar mancais de acionamento.	Semestral

DUTOS, CÂMARAS PLENUM PARA AR E CASA DE MÁQUINAS	Periodicidade
35. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ⁸⁵ .	Mensal
36. Limpar o sistema de drenagem.	Mensal
37. Verificar a vedação das portas de inspeção.	Mensal
38. Verificar a existência de danos na isolamento térmica (inspeção visual)	Mensal
39. Verificar a vedação das conexões.	Mensal

QUADRO ELÉTRICO	Periodicidade
40. Verificar a instalação e suas condições locais.	Mensal
41. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ⁸⁶ .	Mensal
42. Verificar os elementos quanto ao funcionamento eletromecânico e fixação.	Trimestral
43. Reapertar os terminais, barramentos e elementos de fixação.	Semestral
44. Medir e registrar tensão e corrente elétrica dos equipamentos ligados ao quadro ⁸⁷ .	Trimestral

74 Deverão constar no relatório mensal

75 Corrigir assim que constatado

76 Quando constatada perda significativa ou contínua de desempenho do equipamento proceder à limpeza mesmo antes do prazo estipulado

77 Estes valores deverão constar do relatório mensal

78 Caso não esteja dentro dos parâmetros de fabricação do equipamento proceder aos reparos necessários

79 Corrigir assim que constatado

80 Que deverá constar

81 Se este for descartável

82 Caso for necessário

83 Corrigir assim que constatado

84 Corrigir assim que constatado

85 Corrigir assim que constatado

86 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

45. Regular os elementos de proteção, operação e controle conforme as condições de referência.	Trimestral
46. Verificar a operação nas funções manual, automática e remota.	Bimestral
47. Verificar fiação, barramentos e sistema de barramento.	Trimestral
48. Medir e registrar as tensões de entrada no quadro elétrico. ⁸⁸	Trimestral

MOTORES ELÉTRICOS	Periodicidade
49. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão e a fixação ⁸⁹ .	Mensal
50. Verificar o sentido de rotação.	Trimestral
51. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Mensal
52. Lubrificar os mancais.	Trimestral
53. Verificar a instalação e fixação dos protetores.	Trimestral
54. Medir e registrar tensão e corrente elétrica ⁹⁰ .	Trimestral
55. Medir e registrar o isolamento elétrico ⁹¹ .	Anual
56. Verificar o aterramento elétrico.	Semestral

POLIAS E CORREIAS	Periodicidade
57. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ⁹² .	Mensal
58. Verificar a tensão de esticamento e o alinhamento.	Trimestral
59. Ajustar o conjunto.	Trimestral
60. Verificar a fixação das polias.	Trimestral
61. Verificar a instalação e fixação dos protetores.	Trimestral

VÁLVULA DE CONTROLE E BLOQUEIO – CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
62. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ⁹³ .	Mensal
63. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Bimestral
64. Verificar a existência de vazamento (inspeção visual) ⁹⁴ .	Mensal
65. Ajustar ou substituir elementos de vedação.	Anual
66. Lubrificar o mecanismo de acionamento.	Semestral
67. Verificar a atuação das válvulas.	Trimestral

87 Que deverá constar do relatório trimestral

88 Que deverá constar do relatório trimestral

89 Corrigir assim que constatado

90 Que deverá constar do relatório trimestral

91 Que deverá constar do relatório anual

92 Corrigir assim que constatado

93 Corrigir assim que constatado

94 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

TUBULAÇÕES E ACESSÓRIOS – CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
68. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ⁹⁵ .	Mensal
69. Verificar a existência de vazamento e o estado das fixações ⁹⁶ .	Mensal
70. Limpar os tanques internamente.	Semestral
71. Verificar isolamento (inspeção visual).	Mensal
72. Verificar juntas de expansão (inspeção visual).	Mensal
73. Verificar o nível de líquido no tanque de expansão ⁹⁷ .	Bimestral
74. Verificar o funcionamento dos dispositivos de controle e segurança.	Mensal
75. Purgar o ar.	Trimestral
76. Drenar para eliminação de sujeira.	Anual

INSTRUMENTAÇÃO	Periodicidade
77. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ⁹⁸ .	Mensal
78. Verificar se o instrumento está fornecendo informações sobre a grandeza que está medindo.	Semestral
79. Verificar e registrar a validade do período de calibração do instrumento, através de etiqueta, selo ou certificado.	Anual
80. Registrar e informar quais os instrumentos necessitam de calibração ou substituição.	Anual

95 Corrigi-lo assim que constatado

96 Corrigi-lo assim que constatado

97 Corrigi-lo assim que constatado

98 Corrigi-lo assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

E. TORRES DE RESFRIAMENTO

TORRES DE RESFRIAMENTO	Periodicidade
1. Verificar a existência de sujeira, danos, corrosão ⁹⁹ .	Mensal
2. Lavar bacia.	Anual
3. Verificar a alimentação e distribuição de água.	Trimestral
4. Verificar o nível de água na bacia.	Mensal
5. Ajustar o controlador do nível de água.	Mensal
6. Verificar o sistema de purga.	Mensal
7. Ajustar o volume de purga conforme recomendações técnicas definidas pela análise de água.	Trimestral
8. Limpar o sistema de drenagem.	Trimestral
9. Limpar o filtro.	Trimestral
10. Verificar o funcionamento do dispositivo de acionamento dos ventiladores	Trimestral
11. Verificar o funcionamento do termostato.	Trimestral
12. Ajustar a regulação do dispositivo de acionamento dos ventiladores.	Trimestral

VENTILADORES	Periodicidade
13. Verificar a existência de sujeira, danos, corrosão externa e fixação ¹⁰⁰ .	Mensal
14. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Mensal
15. Verificar o aquecimento anormal dos mancais.	Trimestral
16. Lubrificar os mancais.	Trimestral
17. Verificar vazamentos nas juntas flexíveis ¹⁰¹ .	Semestral
18. Verificar o estado dos amortecedores de vibração ¹⁰² .	Mensal
19. Verificar a operação dos controles de vazão.	Trimestral
20. Verificar o estado e a instalação dos dispositivos de proteção.	Semestral
21. Limpar o sistema de drenagem.	Trimestral
22. Medir e registrar a vazão nas condições de trabalho.	Mensal

QUADRO ELÉTRICO	Periodicidade
23. Verificar a instalação e suas condições locais.	Mensal
24. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹⁰³ .	Mensal
25. Verificar os elementos quanto ao funcionamento eletromecânico e fixação.	Trimestral
26. Reapertar os terminais, barramentos e elementos de fixação.	Semestral

99 Corrigi-lo assim que constatado

100 Corrigi-lo assim que constatado

101 Corrigi-lo assim que constatado

102 Corrigi-lo assim que constatado

103 Corrigi-lo assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

27. Medir e registrar tensão e corrente elétrica dos equipamentos ligados ao quadro ¹⁰⁴ .	Trimestral
28. Regular os elementos de proteção, operação e controle conforme as condições de referência.	Trimestral
29. Verificar a operação nas funções manual, automática e remota.	Bimestral
30. Verificar fiação, barramentos e sistema de barramento.	Trimestral
31. Medir e registrar as tensões de entrada no quadro elétrico. ¹⁰⁵	Trimestral

MOTORES ELÉTRICOS	Periodicidade
32. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão e a fixação ¹⁰⁶ .	Mensal
33. Verificar o sentido de rotação.	Trimestral
34. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Mensal
35. Lubrificar os mancais.	Trimestral
36. Verificar a instalação e fixação dos protetores.	Trimestral
37. Medir e registrar tensão e corrente elétrica ¹⁰⁷ .	Trimestral
38. Medir e registrar o isolamento elétrico ¹⁰⁸ .	Anual
39. Verificar o aterramento elétrico.	Semestral

POLIAS E CORREIAS	Periodicidade
40. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹⁰⁹ .	Mensal
41. Verificar a tensão de esticamento e o alinhamento.	Trimestral
42. Ajustar o conjunto.	Trimestral
43. Verificar a fixação das polias.	Trimestral
44. Verificar a instalação e fixação dos protetores.	Trimestral

VÁLVULA DE CONTROLE E BLOQUEIO - CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
45. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ¹¹⁰ .	Mensal
46. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Bimestral
47. Verificar a existência de vazamento (inspeção visual) ¹¹¹ .	Mensal
48. Ajustar ou substituir elementos de vedação.	Anual
49. Lubrificar o mecanismo de acionamento.	Semestral
50. Verificar a atuação das válvulas.	Trimestral

104 Que deverá constar do relatório trimestral

105 Que deverá constar do relatório trimestral

106 Corrigi-lo assim que constatado

107 Que deverá constar do relatório trimestral

108 Que deverá constar do relatório anual

109 Corrigi-lo assim que constatado

110 Corrigi-lo assim que constatado

111 Corrigi-lo assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

FILTROS – CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
51. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ¹¹² .	Mensal
52. Limpar o elemento filtrante.	Trimestral
53. Verificar danos no elemento filtrante.	Trimestral
54. Substituir o elemento filtrante ¹¹³ .	Trimestral

TUBULAÇÕES, TANQUES E ACESSÓRIOS – CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
55. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ¹¹⁴ .	Mensal
56. Verificar a existência de vazamento e o estado das fixações ¹¹⁵ .	Mensal
57. Limpar os tanques internamente.	Semestral
58. Verificar isolamento (inspeção visual).	Mensal
59. Verificar juntas de expansão (inspeção visual).	Mensal
60. Verificar o nível de líquido no tanque de expansão ¹¹⁶ .	Bimestral
61. Verificar o funcionamento dos dispositivos de controle e segurança.	Mensal
62. Purgar o ar.	Trimestral
63. Drenar para eliminação de sujeira.	Anual
64. Pintura e eliminação de ferrugem	Anual

INSTRUMENTAÇÃO	Periodicidade
65. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ¹¹⁷ .	Mensal
66. Verificar se o instrumento está fornecendo informações sobre a grandeza que está medindo.	Semestral
67. Verificar e registrar a validade do período de calibração do instrumento, através de etiqueta, selo ou certificado.	Anual
68. Registrar e informar quais os instrumentos necessitam de calibração ou substituição.	Anual

112 Corrigi-lo assim que constatado

113 Quando este for descartável ou caso se encontre muito danificado

114 Corrigi-lo assim que constatado

115 Corrigi-lo assim que constatado

116 Corrigi-lo assim que constatado

117 Corrigi-lo assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

F. SISTEMAS DE SPLIT E SELF

VENTILADORES	Periodicidade
1. Verificar a existência de sujeira, danos, corrosão e fixação do conjunto ¹¹⁸ .	Mensal
2. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Mensal
3. Verificar o aquecimento anormal dos mancais.	Trimestral
4. Lubrificar os mancais.	Trimestral
5. Verificar vazamentos nas juntas flexíveis ¹¹⁹ .	Semestral
6. Verificar o estado dos amortecedores de vibração ¹²⁰ .	Mensal
7. Verificar a operação dos controles de vazão.	Trimestral
8. Verificar o estado e a instalação dos dispositivos de proteção.	Semestral
9. Limpar o sistema de drenagem.	Trimestral
10. Medir e registrar a vazão nas condições de trabalho ¹²¹ .	Mensal

SERPENTINA	Periodicidade
11. Verificar a existência de agentes que possam prejudicar a troca térmica ¹²² .	Semestral
12. Limpar as superfícies do lado líquido refrigerado e refrigerante ¹²³ .	Anual
13. Verificar os fluxos dos fluidos refrigerante e refrigerado.	Mensal
14. Purgar o ar do lado do líquido refrigerante.	Semestral
15. Medir e registrar as temperaturas e pressões na condição de plena vazão de ambos os fluidos nos pontos de entrada e saída ¹²⁴ .	Mensal
16. Determinar e registrar o superaquecimento com os valores obtidos acima ¹²⁵ .	Mensal
17. Verificar o isolamento térmico do componente (inspeção visual).	Mensal
18. Verificar a operação do sistema de descongelamento.	Bimestral
19. Limpar sistema de drenagem.	Mensal
20. Verificar a existência de vazamentos internos e externos.	Mensal

FILTROS SECOS	Periodicidade
21. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹²⁶ .	Mensal
22. Limpar e vedar frestas da estrutura.	Trimestral

¹¹⁸ Corrigi-lo assim que constatado

¹¹⁹ Corrigi-lo assim que constatado

¹²⁰ Corrigi-lo assim que constatado

¹²¹ Deverão constar no relatório mensal

¹²² Corrigi-lo assim que constatado

¹²³ Quando constatada perda significativa ou contínua de desempenho do equipamento proceder à limpeza mesmo antes do prazo estipulado

¹²⁴ Estes valores deverão constar do relatório mensal

¹²⁵ Caso não esteja dentro dos parâmetros de fabricação do equipamento proceder aos reparos necessários

¹²⁶ Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

23. Medir e registrar o diferencial de pressão ¹²⁷ .	Mensal
24. Verificar o ajuste do filtro na estrutura.	Mensal
25. Limpar o elemento filtrante (quando recuperável).	Trimestral
26. Substituir elemento filtrante ¹²⁸ .	Trimestral
27. Completar o fluido de medição do manômetro diferencial ¹²⁹ .	Anual

DISPOSITIVOS PARA CONTROLE DE VAZÃO	Periodicidade
28. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹³⁰ .	Mensal
29. Verificar o funcionamento mecânico.	Trimestral
30. Lubrificar mancais de acionamento.	Semestral

MOTORES ELÉTRICOS	Periodicidade
31. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão e a fixação ¹³¹ .	Mensal
32. Verificar o sentido de rotação.	Trimestral
33. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Mensal
34. Lubrificar os mancais.	Trimestral
35. Verificar a instalação e fixação dos protetores.	Trimestral
36. Medir e registrar tensão e corrente elétrica ¹³² .	Trimestral
37. Medir e registrar o isolamento elétrico ¹³³ .	Anual
38. Verificar o aterramento elétrico.	Semestral

VÁLVULA DE CONTROLE E BLOQUEIO – CIRCUITO HIDRÁULICO	Periodicidade
39. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ¹³⁴ .	Mensal
40. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Bimestral
41. Verificar a existência de vazamento (inspeção visual) ¹³⁵ .	Mensal
42. Ajustar ou substituir elementos de vedação.	Anual
43. Lubrificar o mecanismo de acionamento.	Semestral
44. Verificar a atuação das válvulas.	Trimestral
45. Verificar a existência de vazamento e o estado das fixações ¹³⁶ .	Mensal
46. Verificar a existência de vazamento e o estado das fixações ¹³⁷ .	Mensal

127 Que deverá constar do relatório anual

128 Se este for descartável

129 Caso for necessário

130 Corrigir assim que constatado

131 Corrigir assim que constatado

132 Que deverá constar do relatório trimestral

133 Que deverá constar do relatório anual

134 Corrigir assim que constatado

135 Corrigir assim que constatado

136 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

47. Limpar os tanques internamente.	Semestral
48. Verificar isolamento (inspeção visual).	Mensal
49. Verificar juntas de expansão (inspeção visual).	Mensal
50. Verificar o nível de líquido no tanque de expansão ¹³⁸ .	Bimestral
51. Verificar o funcionamento dos dispositivos de controle e segurança.	Mensal
52. Purgar o ar.	Trimestral
53. Drenar para eliminação de sujeira.	Anual

137 Corrigir assim que constatado

138 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

G. VENTILADORES / EXAUTORES

VENTILADORES	Periodicidade
1. Verificar a existência de sujeira, danos, corrosão externa e fixação do conjunto ¹³⁹ .	Mensal
2. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Mensal
3. Verificar o aquecimento anormal dos mancais.	Trimestral
4. Lubrificar os mancais.	Trimestral
5. Verificar vazamentos nas juntas flexíveis ¹⁴⁰ .	Semestral
6. Verificar o estado dos amortecedores de vibração ¹⁴¹ .	Mensal
7. Verificar a operação dos controles de vazão.	Trimestral
8. Verificar o estado e a instalação dos dispositivos de proteção.	Semestral
9. Limpar o sistema de drenagem.	Trimestral
10. Medir e registrar a vazão nas condições de trabalho.	Mensal

FILTROS SECOS	Periodicidade
11. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹⁴² .	Mensal
12. Limpar e vedar frestas da estrutura.	Trimestral
13. Medir e registrar o diferencial de pressão ¹⁴³ .	Mensal
14. Verificar o ajuste do filtro na estrutura.	Mensal
15. Limpar o elemento filtrante (quando recuperável).	Trimestral
16. Substituir elemento filtrante ¹⁴⁴ .	Trimestral
17. Completar o fluido de medição do manômetro diferencial ¹⁴⁵ .	Anual

VENEZIANAS, GRELHAS E DIFUSORES	Periodicidade
18. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹⁴⁶ .	Mensal
19. Ajustar para restabelecer as condições de referência.	Trimestral
20. Verificar funcionamento mecânico.	Trimestral
21. Lubrificar mancais de acionamento.	Semestral

DISPOSITIVOS PARA CONTROLE DE VAZÃO	Periodicidade
22. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹⁴⁷ .	Mensal
23. Verificar o funcionamento mecânico.	Trimestral

139 Corrigir assim que constatado

140 Corrigir assim que constatado

141 Corrigir assim que constatado

142 Corrigir assim que constatado

143 Que deverá constar

144 Se este for descartável



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

24. Lubrificar mancais de acionamento.	Semestral
--	-----------

DUTOS, CÂMARAS PLENUM PARA AR (subsolos)	Periodicidade
25. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹⁴⁸ .	Mensal
26. Limpar o sistema de drenagem.	Mensal
27. Verificar a vedação das portas de inspeção.	Mensal
28. Verificar a existência de danos na isolamento térmica (inspeção visual)	Mensal
29. Verificar a vedação das conexões.	Mensal
30. Limpeza interna dos dutos (parede dupla de alvenaria com acesso)	Anual

QUADRO ELÉTRICO	Periodicidade
31. Verificar a instalação e suas condições locais.	Mensal
32. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹⁴⁹ .	Mensal
33. Verificar os elementos quanto ao funcionamento eletromecânico e fixação.	Trimestral
34. Reapertar os terminais, barramentos e elementos de fixação.	Semestral
35. Medir e registrar tensão e corrente elétrica dos equipamentos ligados ao quadro ¹⁵⁰ .	Trimestral
36. Regular os elementos de proteção, operação e controle conforme as condições de referência.	Trimestral
37. Verificar a operação nas funções manual, automática e remota.	Bimestral
38. Verificar fiação, barramentos e sistema de barramento.	Trimestral
39. Medir e registrar as tensões de entrada no quadro elétrico. ¹⁵¹	Trimestral

MOTORES ELÉTRICOS	Periodicidade
40. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão e a fixação ¹⁵² .	Mensal
41. Verificar o sentido de rotação.	Trimestral
42. Verificar vibrações e ruídos anormais.	Mensal
43. Lubrificar os mancais.	Trimestral
44. Verificar a instalação e fixação dos protetores.	Trimestral
45. Medir e registrar tensão e corrente elétrica ¹⁵³ .	Trimestral
46. Medir e registrar o isolamento elétrico ¹⁵⁴ .	Anual
47. Verificar o aterramento elétrico.	Semestral

POLIAS E CORREIAS	Periodicidade
--------------------------	----------------------

145 Caso for necessário

146 Corrigir assim que constatado

147 Corrigir assim que constatado

148 Corrigir assim que constatado

149 Corrigir assim que constatado

150 Que deverá constar do relatório trimestral



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

48. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹⁵⁵ .	Mensal
49. Verificar a tensão de esticamento e o alinhamento.	Trimestral
50. Ajustar o conjunto.	Trimestral
51. Verificar a fixação das polias.	Trimestral
52. Verificar a instalação e fixação dos protetores.	Trimestral

INSTRUMENTAÇÃO	Periodicidade
53. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão externa ¹⁵⁶ .	Mensal
54. Verificar se o instrumento está fornecendo informações sobre a grandeza que está medindo.	Semestral
55. Verificar e registrar a validade do período de calibração do instrumento, através de etiqueta, selo ou certificado.	Anual
56. Registrar e informar quais os instrumentos necessitam de calibração ou substituição.	Anual

151 Que deverá constar do relatório trimestral

152 Corrigir assim que constatado

153 Que deverá constar do relatório trimestral

154 Que deverá constar do relatório anual

155 Corrigir assim que constatado

156 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

H. DUTOS, GRELHAS E DIFUSORES

VENEZIANAS, GRELHAS E DIFUSORES	Periodicidade
1. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹⁵⁷ .	Mensal
2. Ajustar para restabelecer as condições de referência.	Trimestral
3. Verificar funcionamento mecânico.	Trimestral
4. Lubrificar mancais de acionamento.	Semestral

DISPOSITIVOS PARA CONTROLE DE VAZÃO	Periodicidade
5. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹⁵⁸ .	Mensal
6. Verificar o funcionamento mecânico.	Trimestral
7. Lubrificar mancais de acionamento.	Semestral

DUTOS, CÂMARAS PLENUM PARA AR	Periodicidade
8. Verificar a existência de sujeira, danos e corrosão ¹⁵⁹ .	Mensal
9. Limpar o sistema de drenagem.	Mensal
10. Verificar a vedação das portas de inspeção.	Mensal
11. Verificar a existência de danos na isolamento térmica (inspeção visual)	Mensal
12. Verificar a vedação das conexões.	Mensal
13. Limpar e higienizar.	Anual

157 Corrigir assim que constatado

158 Corrigir assim que constatado

159 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

I. CASA DE MÁQUINAS

GERAL	Periodicidade
14. Verificar a existência de sujeira, danos ¹⁶⁰ .	Mensal
15. Verificar o estado geral da casa de máquinas.	Mensal
16. Pintura das casas de máquinas	Anual

160 Corrigir assim que constatado



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO X

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

1. DA DEFINIÇÃO

1.1. Este documento apresenta critérios de medição de resultado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.

1.2. Este anexo é parte indissociável do Contrato firmado a partir do Edital de Pregão Eletrônico do CONTRATANTE.

1.3. A fiscalização dos contratos deve avaliar constantemente a execução do objeto por meio do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto neste Anexo, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

1.3.1. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

1.3.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

1.3.3. Descumprir obrigações contratuais e legais;

1.3.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

1.4. Durante a execução do objeto, na fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

1.5. A CONTRATADA, por meio de seu preposto, será cientificada da avaliação de nível de serviços;

1.6. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

1.7. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

1.8. É vedada a atribuição à CONTRATADA para a realização da avaliação de desempenho e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

qualidade da prestação dos serviços executados;

1.9. O fiscal do contrato poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

1.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO

2.1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de 3 (três) indicadores de qualidade: realização de manutenção preventiva; prazo de atendimento aos chamados do CONTRATANTE; e qualidade dos serviços prestados.

2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo:

2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem).

2.2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo de pontuação de qualidade.

INDICADOR 01 – MANUTENÇÃO PREVENTIVA	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização de fiscalização apropriada dos serviços de manutenção preventiva.
Meta a cumprir	Realizar checklist de manutenção de acordo com o PMOC (Anexo IX)
Instrumento de medição	PMOC.
Forma de acompanhamento	Verificação de todos os checklists de vistorias.
Periodicidade	Por evento.
Mecanismo de Cálculo	Será verificada a realização dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentação do relatório/checklist.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

Início de Vigência	A partir do início da prestação de serviço.	
Faixas de ajuste no pagamento	DIAS DE ATRASO	Nº DE OCORRÊNCIA
	0 = 50 pontos	0 = 50 pontos
	1 a 2 = 45 pontos	1 a 2 = 20 pontos
	3 a 5 = 35 pontos	3 a 5 = 15 pontos
	6 a 7 = 25 pontos	6 a 7 = 10 pontos
	8 a 9 = 15 pontos	8 a 9 = 05 pontos
	acima de 10 = 0 pontos	acima de 10 = 0 pontos
Descontos	Ver item 3.2	
Observações	Cada dia de atraso é contabilizado como uma ocorrência	
Sanções	Para o caso de atraso a partir de 03 dias na realização da manutenção corretiva, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações	
CONTROLE DOS ATRASOS (OCORRÊNCIAS)		
DATA	OCORRÊNCIA	

INDICADOR 2 - TEMPO DE RESPOSTA ÀS SOLICITAÇÕES DO CONTRATANTE	
Item	Descrição
Finalidade	Mensurar o pronto atendimento das solicitações realizadas pelo CONTRATANTE (pronto atendimento envolve não só respostas aos chamados, mas também resoluções definitivas dos problemas)
Meta a Cumprir	Nenhum atraso no mês.
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Verificação por amostragem dos chamados de manutenção corretiva (20% dos chamados mensais realizados) e solicitação administrativas solicitadas pela Gestão/Fiscalização de Contrato (serão analisadas todas as solicitações administrativas)
Periodicidade	Por evento/solicitação ao CONTRATANTE
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior à meta
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	Sem atrasos = 25 Pontos 1 a 2 = 20 Pontos 3 a 5 respostas com atraso = 15 Pontos 6 a 7 respostas com atraso = 10 Pontos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

	8 a 9 respostas com atraso = 5 Pontos 10 ou mais com atraso = 0 Pontos
Descontos	Ver item 3.2
Observações	<p>O que se busca com esse indicador é obter ciência e comprometimento quanto a resolução das demandas levantadas pelo CONTRATANTE o mais breve possível, mesmo que a resolução definitiva de determinada demanda se dê em maior tempo.</p> <p>É considerado atraso quando os chamados realizados até as 12:00h não forem atendidos no mesmo dia até as 19:00h e os após esse horário entre as 8:00h e 11:00h do dia útil seguinte.</p> <p>E para os equipamentos dos CPD's de qualquer unidade, se não realizados num prazo máximo de 4 (quatro) horas, independente do dia e horário.</p> <p>Cada dia de atraso é contabilizado como uma ocorrência</p>
Sanções	Para o caso de atraso a partir de 03 dias no atendimento dos chamados de manutenção corretiva e/ou solicitações da contratante, a fiscalização ou gestão do contrato avaliará a pertinência da solicitação de aplicação das penalidades legais estabelecidas para tais situações

CONTROLE DOS ATRASOS (OCORRÊNCIAS)

DATA	OCORRÊNCIA

INDICADOR 3 - QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Item	Descrição
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na prestação do serviço
Meta a Cumprir	25 pontos
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências
Forma de acompanhamento	Relatório Mensal realizado pelo fiscal do Contrato, e/ou usuário
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Descrita na Planilha de Avaliação da Qualidade dos Serviços prestados
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço
Faixas de ajuste no pagamento	De 0 a 25 Pontos
Descontos	Ver item 3.2
Observações	<p>Quesitos avaliados na pesquisa encontra-se no formulário abaixo – serão realizadas avaliações junto aos usuários que solicitaram o serviço, sendo efetuado através de amostragem das solicitações. Para a formação dos 25 pontos a que se refere esse indicador será tomada a média das avaliações realizadas.</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS MANUTENÇÃO CORRETIVA DE AR CONDICIONADO				
Órgão/Unidade:				
No Contrato:				
Gestor/Responsável:				
Contratada:		Mês de referência		
Legenda do Grau de Satisfação: O = Ótimo B = Bom R = Regular I = Insatisfatório N = Não se aplica/Não sei responder				
Descrição			Grau de Satisfação	
Tempo de atendimento				
Solução dos Problemas				
Limpeza do local após serviço				
A – Número de quesitos pontuados, por grau de satisfação	O	B	R	I
B – Total de quesitos avaliados (excluindo-se os N – Não se aplica/ Não sei responder)				
C – Índice de Avaliação, por quesito (*)	O	B	R	I
(*) Dividir o número correspondente a cada grau de satisfação (O, B, R, I), pelo total de quesitos avaliados. [A/B].				
D – Pontuação Total (**)				
(**) Somatório dos índices de avaliação (item C) para os graus e satisfação (Ótimo e Bom), multiplicados pela pontuação limite 25. [(O+B)x25]				

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultara em uma pontuação



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente a soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço = Pontos “Indicador 1” + Pontos “Indicador 2” + Pontos “Indicador 3”.

3.2. Os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de pontuação de qualidade da ordem de serviço	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
De 98 a 100 pontos	100 % do valor mensal do contrato	1,00
De 95 a 97 pontos	98 % do valor mensal do contrato	0,98
De 90 a 94 pontos	96% do valor mensal do contrato	0,96
De 85 a 89 pontos	91% do valor mensal do contrato	0,91
De 80 a 84 pontos	86% do valor mensal do contrato	0,86
De 70 a 79 pontos	81% do valor mensal do contrato	0,81
De 60 a 69 pontos	76% do valor mensal do contrato	0,76
De 50 a 59 pontos	72% do valor mensal do contrato	0,72
Abaixo de 50 pontos	70% do valor mensal do contrato mais multa	0,70 + Avaliar necessidade de aplicação de multa contratual

Valor devido por ordem de serviço = [(Valor mensal do contrato) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]

3.3. A avaliação Abaixo de 50 pontos por três vezes poderá ensejar a rescisão do contrato.

4. DO RESUMO PARA PAGAMENTO

4.1. A fim de realizar o pagamento das faturas inerentes ao mês de serviço será utilizada a soma dos indicadores e a aplicação do fator de Ajuste de Nível de Serviço, conforme planilha abaixo:

PLANILHA DE AJUSTE PARA PAGAMENTO	
Órgão/Unidade:	
No Contrato:	
Gestor/Responsável:	
Contratada:	Mês de referência
INDICADOR nº 1	Até 50 pontos
INDICADOR nº 2	Até 25 pontos
INDICADOR nº 3	Até 25 pontos
Somatório Pontuação Mensal	Até 100 pontos
Fator de Ajuste a ser aplicado	Planilha item 3.2

Valor Mensal do Contrato	Fator de Ajuste a ser aplicado	Valor Mensal Ajustado
R\$ -	Até 1	0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO XI
LISTA DE PEÇAS ESPECÍFICAS

SISTEMA VRF						
Marca	Peça	Modelo condensadora	Série	Capacidade (HP)	Alimentação	Fluido Refrigerante
HITACHI	Compressor	RAS6HVRNM2	VAAR6801	5	220V-3F	R410A
HITACHI	Compressor	RAS4HVNC1	VAAD51953	4	220V-3F	R410A
HITACHI	Compressor	RAS10FSNMQ	QSQ68N20001	10	220V-3F	R410A
HITACHI	Compressor	RAS8FSNMQ	QSQ67N320001	8	220V-3F	R410A
HITACHI	Compressor	RAS5FSVN1Q	UAFR8141	5	220V-3F	R410A

SPLITÃO						
Marca	Peça	Modelo condensadora	Série	Capacidade (HP)	Alimentação	Fluido Refrigerante
HITACHI	RAP300B7Z	RAP0707	30 TR / 25TR	380V-3F	R410A	HITACHI

EQUIPAMENTOS SPLIT		
Peça	Capacidade do Split (Btu/h)	Características Técnicas
COMPRESSOR CONVENCIONAL	12.000	R22, 220v, MONOFÁSICO
COMPRESSOR CONVENCIONAL	18.000	R22, 220v, MONOFÁSICO
COMPRESSOR CONVENCIONAL	24.000	R22, 220v, MONOFÁSICO
COMPRESSOR CONVENCIONAL	36.000	R22, 220v, MONOFÁSICO
COMPRESSOR INVERTER	12.000	R410A, 220v, MONOFÁSICO
COMPRESSOR INVERTER	18.000	R410A, 220v, MONOFÁSICO
COMPRESSOR INVERTER	24.000	R410A, 220v, MONOFÁSICO
COMPRESSOR INVERTER	36.000	R410A, 220v, MONOFÁSICO

SISTEMA - CHILLER							
Local	Marca	Modelo	Série	Capacidade	Alimentação	Fluido Refrigerante	Peça
Barueri	HITACHI	RCU120SAZ4A7P	---	120 TR	380V- 3F	R 407C	Compressor parafuso
							Trocador de Calor de água gelada
Cotia	HITACHI	RCU020DAS4AP	RCU1101	20 TR	220V- 3F	R 407C	Compressor Scroll



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

SISTEMA - CHILLER							
Local	Marca	Modelo	Série	Capacidade	Alimentação	Fluido Refrigerante	Peça
			838827				Trocador de Calor de água gelada
Diadema	HITACHI	RCU15IASA5C	RCU1405001432	15 TR	220V- 3F	R410A	Compressor Scroll
							Trocador de Placas
							Placa configuradora do Inversor de Frequência
Taboão da Serra	HITACHI	RCU15FASA5C	RCU1405000895	15 TR	220V- 3F	R410A	Compressor Scroll
							Trocador de Placas
	HITACHI	RCU15IASA7P	RCU1405000895	15 TR	220V- 3F	R410A	Compressor Scroll
							Trocador de Placas
São Caetano	CARRIER	30RAB0656U	1713B00109947	65 TR	220V- 3F	R 407C	Compressor Scroll SZ 160 220V 3F (13,5TR)
							Trocador de Calor de água gelada



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações

ANEXO XII
PLANILHA DE CUSTOS SUGERIDA

ARQUIVO ANEXO